

DOSSIÊ PSICOLOGIA, DIREITOS HUMANOS E AMAZÔNIA



ORGANIZADORA

Dr. Halanderson Pereira

Dra. Solange Struwka

Dra Luanna Johnson

Dra Sonia Mari Shima Barroco

CULTURAS & FRONTEIRAS

Revista
do Grupo de Estudos
Interdisciplinares
das Fronteiras
Amazônicas - GEIPA

ISSN 2675-1011

DOI <https://doi.org/10.29327/211038>

Volume 11, número 1

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

dezembro/2024

REVISTA

CULTURAS & FRONTEIRAS

DOSSIÊ PSICOLOGIA, DIREITOS HUMANOS E AMAZÔNIA

Organizadores

Dr. Halanderson Pereira

Dra. Solange Struwka

Dra Luanna Johnson

Dra Sonia Mari Shima Barroco

Revista Culturas & Fronteiras

GEIFA – Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras
Amazônicas

Volume 11 | n. 1 | 2024

ISSN: 2675-1011

Prefixo DOI: 10.29327

Endereço para envio de artigos, resenhas, relatos de
experiências, resenha,
poemas, poesias, sugestões e críticas:

<https://periodicos.unir.br/index.php/culturaefronteiras>



Índice

APRESENTAÇÃO

Apresentação.....	IV
Comissão Editorial.....	VI

Artigo

AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA.....	1-23
Solange Strwuka; Paula Alexandre Lopes	

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E EDUCAÇÃO EM FRONTEIRA: PERSPECTIVAS DE GESTÃO A PARTIR DE CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS.....	24-41
Naira Corrêa Alva; Marco Aurélio Machado de Oliveira	

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	42-60
Tácia Regina Dantas Baganem; Halanderson Raymisson da Silva Pereira; Marli Lucia Tonatto Zibetti	

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.....	61-79
Geovanna Rita Freire Matos; Halanderson Raymisson da Silva Pereira; Laísy de Lima Nunes	

Relato de experiência

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE	80-96
Ana Letícia Prestes Souza	



Editorial: Dossiê Psicologia, Direitos Humanos e Amazônia

É com alegria que divulgamos a publicação do v11, n.1, da Revista Culturas e Fronteiras. Nesta edição apresentamos o DOSSIÊ **PSICOLOGIA, DIREITOS HUMANOS E AMAZÔNIA**, inaugurando assim, a parceria entre o Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas (GEIFA), do Departamento de Ciências da Educação (DACE) do Campus de Guajará-Mirim e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia.

O presente Dossiê reúne artigos e estudos que visam iluminar a interseção entre Psicologia, Direitos Humanos e a realidade socioambiental da Amazônia. Em um cenário tão rico em biodiversidade e, ao mesmo tempo, tão vulnerável aos impactos de políticas públicas desajustadas, de mudanças climáticas e violações dos direitos de seus povos, é fundamental que a Psicologia, enquanto campo de conhecimento e prática, se posicione, oferecendo subsídios para compreender e atuar nas tensões que marcam a vida nessas localidades.

Na Amazônia, as condições de vida dos habitantes – muitas vezes em extrema precariedade – e o processo de acirramento das desigualdades sociais geram impactos profundos na saúde mental das populações. Assim, o primeiro artigo **A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA** apresenta trajetórias de mulheres lideranças ribeirinhas do Baixo Madeira vinculadas as ações e coletivos em defesa do território Amazônico. Por sua vez o artigo **MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E EDUCAÇÃO EM FRONTEIRA: PERSPECTIVAS DE GESTÃO A PARTIR DE CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS** tem o objetivo de identificar a presença migratória internacional na rede de ensino na fronteira amazônica. Tais temáticas,



possibilitam compreender a complexidade dos desafios enfrentados pelas populações amazônicas.

A educação, enquanto direito fundamental e ferramenta de emancipação social, não pode ser deixada de lado nas discussões de interseção entre Psicologia, Direitos Humanos e a Amazônia. Esse Dossiê busca, portanto, ampliar o debate sobre a educação como um direito essencial para a população amazônica, não apenas no sentido de garantir o acesso ao ensino formal, mas também de proporcionar uma educação que dialogue com as realidades regionais e culturais.

Em seguida o texto **“PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES”** expressa a importância da Psicologia enquanto um campo interdisciplinar para a promoção de ações educativas tanto de cunho preventivo quanto protetivo no âmbito da rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

A Psicologia tem um papel fundamental na promoção de ambientes educativos que sejam inclusivos, respeitosos e que ajudem a fortalecer as identidades de cada povo. Ainda, considerando que a Educação é um direito que transcende etapas e modalidades de ensino, o artigo seguinte **“A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE”**, traz luz à atuação da Psicologia no Ensino superior, especificamente no âmbito da Assistência Estudantil.

A Psicologia, ao se comprometer com os Direitos Humanos, assume a responsabilidade de contribuir para a promoção do bem-estar psíquico não apenas no contexto clínico, mas em sua atuação no campo da cidadania, da justiça social e da preservação dos direitos de todas as pessoas. Por fim, o texto **“O que é um pai?: Análise de narrativas sobre a construção da homoparentalidade por casais masculinos”** destaca a família homoparental como uma das possibilidades de arranjo familiar contemporâneo analisando os processos de construção da homoparentalidade por casais masculinos.

O Dossiê não é apenas uma coletânea de textos acadêmicos, mas um convite à reflexão e à ação. Um chamado para que todos os profissionais da Psicologia,



assim como os demais cidadãos e agentes sociais, possam se unir na luta por um futuro mais justo, mais humano e mais sustentável para a Amazônia.

Dessa forma, ao avançarmos na compreensão das questões que envolvem Educação, Direitos Humanos e a saúde mental na Amazônia, não apenas ampliamos nosso entendimento sobre a região, mas também nos aproximamos de uma forma de atuação que se alinha com os valores da equidade, da solidariedade e da dignidade humana. Que este Dossiê seja um marco para estudos e pesquisas verdadeiramente comprometidos com a promoção de direitos e com a preservação dos modos de vida que tornam a Amazônia um bem comum para toda a humanidade.

O acesso à publicação pode ser feito por meio do seguinte link:

<https://periodicos.unir.br/index.php/culturaefronteiras>

Editoras: Prof. Dr. Halanderson Pereira (Vice-líder do Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia - (CEPSAM)

Dra. Solange Struwka (Grupo Amazônico de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação (GAEPPE)

Dra Luanna Johnson (Líder do Centro de Pesquisa de Formação da Pessoa - CEPEFOP e vice-líder do Grupo de Estudos das Fronteiras Amazônicas-GEIFA).

Dra Sonia Mari Shima Barroco (Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Professora Visitante Nacional Sênior - CAPES)

Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas (GEIFA), do Departamento de Ciências da Educação (DACE) do Campus de Guajará-Mirim e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia



COMISSÃO EDITORIAL

Editora Chefe

Dra. Zuíla Guimarães Cova dos Santos

Editora Adjunta

Dra. Auxiliadora dos Santos Pinto

Editora

Prof^ª Me. Gislaina Rayana Freitas dos Santos

Editores de seção

Adaildo Tapeoci de Barros

Caroline Reis dos Santos

Daniel Chaney Coimbra



Comissão científica

Prof^a Dra. Auxiliadora dos Santos Pinto

Prof^o Dr. Alison Barbosa de Oliveira

Prof^a Dra Carmen Tereza Velanga - Unir / Brasil

Prof^a Ms Edneia Bento de Souza Fernandes - Unir/Brasil

Prof. Ms Fabiano Sales de Aguiar -Unir/Brasil

Prof. Fernando da Silva Cardoso

Prof^o Dr. Halanderson Raymisson da Silva

Prof^o Ms Jacinto Pinto Leão

Prof^a Dr^a Luanna Freitas Jonshon - Unir/Brasil

Profa Dra Luciana Riça Mourão Borges - Unir

Profa Ms Maria Eugenia Hurtado Bruckner (Bolívia)

Prof^a Ms. Norah Nagayama - Bolívia

Prof^a Dr^a Rosa Martins Costa Pereira IFRO/Brasil

Prof^o Dr. Ricardo Santos David

Prof^a Dr^a Zuila Guimarães Cova dos Santos



A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

THE DENIED AMAZON IS BLACK: THE IMPORTANCE OF WORK AND ORGANIZATION OF RIVERINE WOMEN IN THE COMMUNITIES OF THE BAIXO MADEIRA

Solange Strwuka¹

Paula Alexandre Lopes²

Resumo

As mulheres ribeirinhas amazônicas, apesar de serem protagonistas nos territórios em que vivem, sofrem um apagamento do trabalho pessoal e coletivo que realizam, relegando-as à invisibilidade histórica. O objetivo geral desta pesquisa foi investigar as trajetórias de mulheres lideranças ribeirinhas do Baixo Madeira, não brancas e vinculadas às ações e coletivos em defesa do território Amazônico, gênero, raça e/ou etnia. Os objetivos específicos foram: a) identificar o modo de vida e organização comunitária em que vivem as mulheres ribeirinhas e investigadas; b) descrever a trajetória de vida das mulheres lideranças ribeirinhas e as formas de organização e lutas que desenvolvem; e, c) compreender as necessidades e motivos atrelados às reivindicações, lutas e organização das mulheres ribeirinhas. Foram realizadas 04 entrevistas individuais, lidas, sistematizadas e analisadas a partir do materialismo histórico-dialético e da Psicologia Histórico Cultural. A partir do material de campo, identificamos as necessidades, os motivos e os sentidos atrelados aos processos organizativos e ao território, formando assim as categorias explicativas. A partir das análises, evidenciamos o quanto o patriarcalismo incidiu na história das entrevistadas, invisibilizando os seus fazeres e expressando as contradições próprias do capitalismo. Contudo, apesar dessa condição objetiva, são as mulheres que criam e

¹ Professora doutora da Universidade Federal de Rondônia-UNIR na cidade de Porto-Velho, Rondônia, Brasil.

² Psicóloga e mestranda em psicologia da Universidade Federal de Rondônia-UNIR na cidade de Porto-Velho, Rondônia, Brasil;

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

sustentam as atividades coletivas e respaldam as pessoas mais necessitadas que chegam no território investigado. Identificamos, ainda, que os motivos que mantêm essas atividades e formas de se organizar socialmente estão baseados em um fazer aprendido com pessoas próximas, em sua maioria familiares. Destacamos a relevância social e científica dessa temática de pesquisa e a necessidade de avançarmos na compreensão sobre a vida real e concreta desses sujeitos.

Palavras-chave: Psicologia Social; Psicologia Histórico-cultural; Mulheres; Amazônia.

Abstract:

Amazonian riverine women, despite being protagonists in the territories they inhabit, experience an erasure of their personal and collective work, relegating them to historical invisibility. The overall objective of this research was to investigate the trajectories of non-white riverine women leaders from the Baixo Madeira region, who are connected to actions and collectives defending the Amazonian territory, with a focus on gender, race, and/or ethnicity. Four individual interviews were conducted, read, systematized, and analyzed using dialectical historical materialism and Historical-Cultural Psychology. From the field material, we identified the needs, motives, and meanings associated with organizational processes and the territory, forming explanatory categories. Through analysis, we highlighted how patriarchy impacted the history of the interviewees, rendering their contributions invisible and reflecting the contradictions inherent to capitalism. However, despite this objective condition, it's the women who create and sustain collective activities, supporting those in need who arrive in the investigated territory. We also identified that the reasons sustaining these activities and forms of social organization are rooted in practices learned from close individuals, mostly family members. We emphasize the social and scientific significance of this research theme and the necessity to further our understanding of the real and concrete lives of these individuals.

Keywords: Social Psychology; Historical-Cultural Psychology; Women; Amazon

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

Introdução

A Amazônia é um território que apresenta uma rica diversidade biológica, florestas e bacias hidrográficas, constituída pela população que vive nesse espaço a mais de três milênios. Sujeitos, por sua vez, que têm raça, gênero, etnia e que trabalham e lutam pela terra por meio de relações coletivas.

É urgente romper com as interpretações colonialistas que têm a Amazônia como reserva ou fonte inesgotável de recursos naturais e analisá-la enquanto um território formado por povos originários e migrantes que resistem ao avanço agroindustrial, que retira moradia e trabalho de milhares de pessoas.

Não é mais a região que é tomada como referência para a integração, seja ela a Amazônia ou qualquer outra. O acesso à terra, à água ao subsolo e seus minérios, petróleo e gás é disputado por setores com poder desigual, pois os eids e seus corredores atraem grandes capitais que se apropriam da renda da terra, impõem sua dinâmica espaço-temporal explorando grandes volumes de produção, e ainda atraem localmente setores ligados ao pequeno comércio e à especulação imobiliária e outras (drogas, prostituição). (Porto-Gonçalves.,2018, p.51/52).

Os povos que vivem no território Amazônico, em sua maioria, estão nesse espaço respeitando a natureza e sustentando legados repassados por seus antecessores. Além disso, é importante frisar que apesar das mulheres serem protagonistas nesse território, o seu papel é intencionalmente apagado, gerando invisibilidade histórica somado a isso, o rio e a floresta significam muito mais que o sustento, esses bens naturais e comuns constituem a vida e identidade desses indivíduos.

Essas populações mobilizam estrategicamente e performativamente novos discursos identitários na busca pelo reconhecimento de sua cultura, memória, e territorialidade que historicamente foram marginalizadas, suprimidas, silenciadas e invisibilizadas e que agora começam tornar visível

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

o que era invisível, em voz e o que foi silenciado, em presenças as ausências e, desse modo, iluminam a r-existência e o protagonismo dessas populações na construção da história e da geografia da região.(Do Carmo Cruz, 2006,p.66).

A população Amazônida se formou por meio de diversos movimentos migratórios ao longo da história, de indígenas e nordestinos. Um dos movimentos recentes foi o ciclo da borracha, sendo o primeiro entre 1872 e 1920 e o segundo entre 1939 e 1945. Com os megaprojetos demográficos da região amazônica, várias pessoas vieram de outros estados para Rondônia com promessas de emprego nos seringais, que ficavam em sua maioria à beira dos rios Madeira e Guaporé. Assim, foram surgindo aos poucos as comunidades ribeirinhas, como a comunidade de Nazaré. "Historicamente, Nazaré teve seu início a partir de famílias que ofereciam instrumentos para coleta da seringa, moradia e alimentação aos seringueiros que trabalhavam na floresta" (Sanchez, 2021, p.20).

Nazaré é um distrito rural do município de Porto Velho, capital de Rondônia. A comunidade se localiza às margens do Rio Madeira em uma região conhecida como Baixo Madeira. Para chegar até a comunidade o transporte se dá por barcos de linha. Atualmente, segundo o NAPRA (Núcleo de apoio das Populações Ribeirinhas da Amazônia) na comunidade residem cerca de 130 famílias totalizando 550 habitantes.

O sustento das famílias baseia-se, principalmente, no extrativismo, na agricultura e na pesca, que é utilizada mais para a subsistência do que para comercialização. Nazaré possui um posto de saúde, uma escola de ensino fundamental e outra de ensino médio. Além disso, a comunidade está a jusante (lado para onde se dirige a corrente da água do rio) das barragens do Complexo Hidrelétrico do Madeira o que acarreta para a vida da população várias violências e negligências socioambientais, culturais, econômicas e políticas.

A precariedade nas condições de vida perdura por séculos, em que, o Estado negligencia o dever de garantir o acesso aos direitos básicos da população, assim como aplica mecanismos violentos para efetivar o roubo das terras e bens comuns presentes nestes territórios, contexto que singulariza as vivências dos sujeitos e reorganiza as relações comunitárias. "Como nos é conhecido, as grandes decisões

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

políticas de nossos países são tomadas em função da “segurança nacional” dos Estados Unidos, não a partir das necessidades dos nossos povos”(Martín-Baró,1996, p.11). Dessa forma, ao considerar o papel da Psicologia, em que um de seus objetivos é o processo de consciência e conscientização, observa-se a necessidade da centralização da psicologia no âmbito pessoal, mas não como um espaço alheio ou oposto ao social e sim como uma relação dialética e, portanto, incompreensível sem a sua referência constitutiva (Martín-Baró,1996).

No que diz respeito a Psicologia, Martín-Baró (1990) aponta as diferentes demandas atreladas à origem desta ciência, a partir da condição de vida da população dos países Norte e Sul global. Na Europa seu surgimento envolve responder às demandas ocidentalizadas de alcançar graus de aprimoramento e satisfação superiores à mera sobrevivência. No entanto essa origem apresenta dois sérios problemas: por um lado a psicologia é chamada a suprir as necessidades produzidas em sociedades que já resolveram os problemas básicos da população (alimentação, trabalho, moradia, segurança, saúde, educação) e por outro a psicologia fica marginalizada. Dessa forma, é visível um paradoxo, enquanto algumas sociedades demandam que a psicologia responda ao problema de sua fartura, existente pela condição de miséria das demais, outros se debatem, com problemas de insuficiência generalizada. No interior de cada país, enquanto alguns se encontram em um nível elevado de satisfação com os serviços da psicologia e fazem uso do mesmo, outros, da mesma sociedade não conseguem superar a barreira da pobreza e não recebem da Psicologia mais que conselhos moralizantes em tom de poder (Martín-Baró,1990).

Então, se é certo que a Psicologia está configurada para atender os problemas e as exigências dos ramos sociais que já alcançaram um nível de desenvolvimento que lhes permite satisfazer suficientemente suas necessidades materiais básicas, quer dizer que a Psicologia não atende os problemas das grandes majorias populares latino-americanas e que, paradoxalmente, está marginalizada dos sofrimentos e anseios dos marginalizados. (Martín-Baró,1989/1990, p.201).

Nesses países uma das tarefas da psicologia é o processo de consciência e conscientização. A consciência é sobretudo, aquele âmbito onde cada pessoa

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

encontra o impacto refletido de seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social. (Martín-Baró,1996). Nesse sentido, os processos grupais são essenciais, pois têm como intuito a aprendizagem coletiva, mas que se dá no pessoal, na relação coletivo e individual. O grupo visa uma tarefa e essa é a aprendizagem, que não é somente cognitiva ou teórica, mas que também vem da práxis. Sendo assim, o cenário interior tenta se reconstruir na realidade exterior baseando o desenvolvimento em um processo que ocorre de fora para dentro e de dentro para a fora, ou seja, sujeito-objeto-sujeito o processo interno é a relação do sujeito com alguma coisa, algo ou alguém.

Nossa preocupação é abordar através do grupo, centrando-se na tarefa, os problemas da tarefa, da aprendizagem e problemas pessoais relacionados com a tarefa, com a aprendizagem. O que procuramos realizar aqui é uma aprendizagem que tem caráter grupal. O grupo propõe uma tarefa e a tarefa é a aprendizagem, ou o retrabalho, neste caso das aulas escutadas. Pichon-Rivière,1998, p.272).

Somado a isso, o campo interno se constitui através do vínculo e não do instinto. "Formulando a noção de vínculo que defino como uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto e sua mútua inter-relação com processos de comunicação e aprendizagem". (Pichon-Rivière,1998, p.05). Dessa forma, é necessário entender o sujeito, o grupo e a relação sujeito-grupo, observando se essa escolha de processo grupal está sendo feita de forma consciente.

Segundo Martín-Baró a conscientização é um saber fazer pessoal e coletivo, para isso é preciso compreender a sociedade em que se vive, ou seja, o grupo humano. "Definimos o grupo humano como uma estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza, em cada constância, necessidades individuais e/ou interesses coletivos". (Martín-Baró,2017, p.210).

Por isso, há três elementos essenciais em cada grupo, seu caráter estrutural, ou seja, unidade de vínculos e relações, seu caráter instrumental que se refere às necessidades e interesses humanos, os grupos podem canalizar tanto necessidades pessoais quanto interesses grupais, trazendo assim uma dimensão de realidade que

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

se refere aos seus membros, e outra mais estrutural se referindo a sociedade. (Martín-Baró, 1992)

Além disso, existem três dimensões essenciais em um grupo, identidade, e essa pode ser muito variável, tendo grupos com identidade mais clara e sólida e outros com uma identidade confusa e débil. Poder grupal, que não é um objeto que pode ser possuído e nem mesmo é algo abstrato, o poder grupal é algo concreto, podendo mobilizar pessoas. Assim, o poder é definido como a desigualdade das relações sociais que se funda na posse diferencial de recursos, permitindo a alguns realizarem e imporem seus interesses pessoais, grupais ou de classe sobre outros. (Martín-Baró, 1992).

Nesse sentido, o grupo surge na dialética intergrupar. "A consciência de seus membros faz parte dos três aspectos que conformam a identidade de um grupo, é aquilo que foi chamado de pertencimento subjetivo dos indivíduos ao grupo". (Martín-Baró, 2017, p.213). Para avançarmos no debate sobre consciência e conscientização e a reação com a esfera volitiva, nos apoiaremos na Psicologia Histórico-Cultural, a partir das análises de Bozhovich.

A análise concreta da dialética intergrupar aponta para uma relação sujeito-objeto-sujeito, fundamento onde se dá a complexificação das necessidades que seriam uma atividade não orientada do indivíduo, ligada à busca inconsciente de sua satisfação (Bozhovich, 1978). São concomitantes a essas necessidades os motivos que se apresentam como tudo o que impulsiona a atividade da pessoa, incluindo a adoção de uma decisão, o senso de dever e a consciência de uma necessidade de que muitas vezes exercem sua função motriz mesmo contra o desejo direto existente na pessoa. (Bozhovich, 1978). Ademais, os objetivos traçados pela pessoa, as decisões e intenções adotadas conscientemente são organizadores e mobilizadores dos motivos, o que define o caráter volitivo da conduta humana. Mas quando os próprios valores assimilados extraem força de estímulos diretos, eles podem determinar o comportamento das pessoas sem depender de decisões tomadas conscientemente, subordinando inadvertidamente todos os outros impulsos, inclusive aqueles dos quais a pessoa não tem consciência. (Bozhovich, 1978).

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

Por isso, para o entendimento da modificação entre necessidades e motivos complexos se faz necessário assimilar o que é esfera motivacional que seriam vários motivos hierarquizados caracterizados pela mudança no conteúdo dos motivos dominantes, crescimento do papel das necessidades indiretas e sua hierarquia ascendente. (Bozhovich,1978). A partir disso, os objetivos organizam uma estrutura hierárquica desta esfera e determinam a orientação da personalidade da pessoa, cuja natureza depende precisamente dos motivos que se tornaram dominantes devido ao seu conteúdo e constituição. (Bozhovich,1978). Com isso, a ação não é realizada apenas pela hierarquia da esfera motivacional feita pelos motivos, mas também é orientada pela intenção em sua forma mais desenvolvida.

Dito isso, esse estudo se trata de uma pesquisa realizada entre o período de julho de 2022 a agosto de 2023 e teve como o objetivo geral investigar as trajetórias de mulheres lideranças ribeirinhas do Baixo Madeira, não brancas e vinculadas em ações e coletivos em defesa do território Amazônico, gênero, raça e/ou etnia. Destacamos que por vários séculos a socialização racista e sexista impôs sobre a mulher negra a desvalorização da sua feminilidade e a olhar a raça como o único rótulo importante de identificação. (Hooks,1981). Dessa forma, o estudo se faz necessário, pois rompe com a visão colonialista que desvaloriza a mulher negra e busca compreender a vida real e concreta dessas pessoas.

Metodologia

Foram realizadas 04 entrevistas individuais, as quais foram gravadas e integralmente transcritas, sendo que os arquivos permanecerão guardados em lugar seguro por cinco anos. As entrevistas tiveram como objetivo reconstruir a dinâmica da história de vida das mulheres, visando assim, apreender a processualidade das mudanças ocorridas no decorrer da vida da entrevistada. Em especial, demos ênfase às necessidades, motivos e sentidos atuantes na participação e organização de processos coletivos resistência e luta, e as possíveis mudanças geradas a partir das experiências vivenciadas nesse processo. Além disso, buscamos compreender a história do território; as dificuldades enfrentadas; os sentidos atribuídos ao coletivo e

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

as lutas ali travadas. A inserção na comunidade foi realizada junto a lideranças de mulheres do Baixo Madeira. As atividades iniciaram no primeiro semestre de 2023 e foram demandadas pelo próprio grupo.

Como já descrito, a comunidade de Nazaré é um distrito do município de Porto Velho que surge em meio aos ciclos da borracha. A princípio a atividade de produção era o extrativismo, agricultura e a pesca. Atualmente, a comunidade conta com um pouco mais de 500 habitantes que trabalham em múltiplos serviços, o acesso à comunidade se dá através de braços de linha ou por meio de lanchas. A inserção no local aconteceu no dia 29 de abril de 2023, depois de vários diálogos com algumas mulheres lideranças da comunidade, em que nos deslocamos para o Baixo Madeira em um barco a motor. Foram realizadas quatro entrevistas, sendo que três ocorreram no decorrer de dois dias, na casa de cada participante da pesquisa, no horário indicado por elas. Uma entrevista, contudo, foi realizada na cidade de Porto Velho. As participantes eram mulheres ribeirinhas, não brancas e com idades entre trinta e sessenta e três anos. É importante destacar que os nomes dados às nossas participantes são fictícios.

Inicialmente dialogamos com uma das lideranças da comunidade, Talita, mulher de 33 anos, negra, que nasceu na comunidade de Nazaré, mas que atualmente estuda o ensino superior na cidade de Porto Velho. Talita é filha de moradores nascidos e criados no território, saiu do local para estudar, passou por múltiplas dificuldades no seu processo de formação e trabalho por ser mulher ribeirinha. Não é mãe, trabalha como produtora cultural do festival da comunidade de Nazaré, como artesã de artefatos ribeirinhos e lidera, em conjunto com o seu companheiro, o movimento por moradia na comunidade de Miraflores que se localiza na cidade de Porto Velho.

Ao chegar na comunidade conversamos primeiramente com Amanda, mulher de 49 anos, negra, nasceu em Nazaré, é mãe e avó. Os pais de Amanda chegam na comunidade para trabalhar, de outros locais da região Norte. Ela trabalha como dona de casa, como confeitaria, em ornamentação, na produção cultural do festival de

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

Nazaré e em inúmeros outros trabalhos que a comunidade demanda para organização e crescimento do local, essas atividades ela sempre fez junto com sua mãe e outras mulheres ao longo do seu desenvolvimento no território.

A terceira entrevistada foi Sônia, mulher, 30 anos, negra, nasceu na comunidade, é mãe e trabalha como vendedora de roupas provisoriamente, pois é pedagoga e a partir de um processo seletivo foi aprovada para trabalhar em uma das escolas da comunidade. Filha de pais maranhenses que saíram do Nordeste em busca de oportunidades no Norte, Sônia também teve que sair da comunidade para terminar sua formação, mas depois que se graduou como pedagoga voltou ao local em que nasceu para criar seus filhos e trabalhar.

Por último, entrevistamos Otávia, mulher de 63 anos, negra, nasceu em Humaitá-Amazonas, mãe, avó, foi para o local com o marido em busca de trabalho. Em sua chegada passou por situações complexas hoje ajuda outras pessoas coletivamente na comunidade. Ela trabalha vendendo comidas na comunidade e chegou no local logo no início da formação do território..

A análise do material empírico foi realizada a partir dos seguintes procedimentos. No primeiro momento, foram realizadas contínuas leituras do material, em que foram observados os conteúdos expressos, bem como as relações entre as necessidades, motivos e sentidos relacionados aos processos organizativos e o território. Em um segundo momento foram realizadas anotações e aproximações dos pontos em destaque, seguido de organização dos dados, a fim de serem abstraídos, organizando-os para melhor compreensão, como sugere Tonet (2013). Por fim, elencamos as categorias explicativas que nos permitiram discutir as determinações, nexos e relações dos objetivos investigados. Essas categorias foram ancoradas na literatura sobre o tema, buscando melhores definições para as temáticas abordadas e formulações conceituais sobre a realidade e os sujeitos em estudo.

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

Resultados e Discussão

Neste item apontamos um pouco da história de formação da comunidade, suas potências e negligências nas relações de gênero. A beira do rio Madeira é encontrada várias Amazônias, cujas identidades são construídas a partir de experiências socioculturais coletivas. Dessa forma, se constituem diversas maneiras de se relacionar com o território, com expressões particulares da cultura.

A identidade resulta de uma construção sociocultural, sendo considerada fonte de significado e experiência de um indivíduo ou coletivo, sendo também construída por intermédio de um diálogo estabelecido com o meio, apresentando, portanto, a estreita relação com o lugar, uma vez que este está investido de elementos sociais, culturais e simbólicos que dão significado a existência do ser. (Sousa, 2019, p.18).

Em Nazaré encontramos uma comunidade que se forma através de várias culturas provenientes das migrações de Norte e Nordeste. Culturas essas que tem na história nomes de vários homens, mas que também se constitui da participação ativa das mulheres, não só como reprodutoras ou trabalhadoras domésticas, mas como agentes ativas nas construções coletivas. No decorrer da investigação, notamos como as relações de gênero afetam a vida das mulheres, em especial, invisibilizam os feitos delas na história do território. Apesar da invisibilidade, elas continuam se movimentando pela comunidade trabalhando com uma gama plural de grupos, iniciando essas atividades nos lares.

As amazônidas sempre foram figuras ativas tanto no processo de colonização, quanto na formação dos grupos sociais na região, porém foram invisibilizadas, suas histórias não foram contadas e as ações realizadas por elas foram silenciadas por séculos. (Sousa, 2019, p.19).

As falas denunciam um papel ativo de homens na organização cultural do espaço, não só no trecho a seguir, mas também em diversas outras partes. Apesar das mulheres terem um papel fundamental em todo esse processo, o seu trabalho é pouco comentado.

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

Das histórias de origem meu sogro que trouxe a cultura, já tinha o boi, mas ele ajudou. (Amanda)

Eu fico muito feliz quando termina ou quando começa o festival. Ficamos na correria, trabalhamos dia e noite. (Amanda)

Se não fosse minha mãe na vida do meu pai ele não seria nada. (Talita).

Essas relações hierárquicas estão presentes em múltiplos aspectos da formação do espaço, isso é nítido nos relatos que apontam que a organização do ambiente em geral inicialmente era feita por homens e a história das mulheres se perdeu com o tempo, uma vez que essas não foram lembradas nas gerações posteriores como pessoas que também transformaram ambiente. Apesar disso, as mulheres estão presentes e atuando efetivamente nos processos coletivos.

O cotidiano das mulheres de Nazaré é marcado pelas relações que estas estabelecem no contexto doméstico, enquanto mães, esposas e donas de casa, uma vez que todas as funções ligadas ao núcleo familiar são exercidas por elas. Mesmo que estas se ocupem em outras tarefas ligadas, por exemplo, a estudo e a atividades pluriativas, ainda assim o trabalho doméstico continua sendo de sua inteira responsabilidade. (Sousa,2019, p.48).

Identificamos nos relatos das entrevistadas que elas contam a sua história de vida referente aos feitos masculinos no território. Contudo, o mesmo não ocorre com o trabalho, dedicação, articulação e organização que elas mesmas realizaram. Isso ocorre tanto nas atividades culturais e educativas da comunidade, como já foi posto, quanto nas atividades econômicas e na estruturação e organização do espaço e processos coletivos.

O meu avô era o pai de todos apesar de ser meu avô, ele era o pai da comunidade em si. Justamente na época que eu disse que Nazaré estava quase se perdendo o meu avô criou um banco, um banco que ele falava que a moeda era menino. Então ele emprestava dinheiro para essas pessoas, para elas permanecerem em Nazaré. (Talita).

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

Dessa forma, a narrativa sobre a história de formação da comunidade, articulada com a identidade das pessoas que ali vivem, é contada a partir de figuras masculinas mais velhas e que hoje é continuada por seus filhos e netos homens. Apesar de não evidenciado, esse processo também foi construído por várias mulheres e que assumem seguir com os trabalhos, pois o veem como um legado da família. “Eu pretendo me formar e dar aula em Nazaré, até porque meu avô deixou um legado para a gente que é o festival cultural”. Essa organização culminou na formação do grupo musical Minhas Raízes, o qual é constituído pelos integrantes da família de toda uma família ribeirinha que está colocando em destaque cada vez mais, nas mídias e redes sociais, o nome da comunidade de Nazaré e a organização cultural do local.

A cultura também está intimamente atrelada à identidade, uma vez que fornece aos indivíduos as características identitárias a partir das heranças históricas, de forma que o modo de vida e de ver o mundo, os comportamentos sociais, posturas corporais, são produtos de uma herança cultural. (Sousa,2019, p.98).

Logo, é notório que a realidade subjetiva e objetiva se articulam e o quanto o patriarcalismo está presente na história das entrevistadas, atravessando incessantemente o discurso delas, invisibilizando os seus fazeres e consolidando cada vez mais o sistema capitalista de organização. Assim, apresentaremos adiante o protagonismo dessas mulheres que apesar de invisibilizado é potente.

PROTAGONISMO, INVISIBILIDADE, DESLOCAMENTOS E SUPERAÇÃO: MARCAS DAS TRAJETÓRIAS E ORGANIZAÇÃO COLETIVA DAS MULHERES RIBEIRINHAS

Nesta categoria abordaremos a trajetória das entrevistadas, seus protagonismos, deslocamentos, potencialidades e organização. O território, como já dito, surge devido a vários processos migratórios, de homens e mulheres, com múltiplos e diversos motivos, mas em sua maioria a busca por trabalho e terra era o

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

que se sobressaia, pessoas advindas do Maranhão e Manaus formam até os dias atuais a comunidade e apesar de serem de outros espaços é visível o sentimento de pertencimento dessas a comunidade de Nazaré. O ser humano estabelece fortes vínculos com determinados lugares. Mesmo que este não seja o seu de nascimento, tais vínculos ao longo do tempo irão se solidificando. (Sousa, 2019, p.103).

Meus pais são maranhenses, eles vieram e tinham poucos moradores. (...) Conheceram Nazaré por um conhecido que disse que aqui tinha um pedaço de terra e eles vieram tentar a vida...(...) desde pequena vivi assim em movimento ajudando as outras pessoas e vendo a minha mãe ajudar. (Sônia) Nasci em Humaitá de lá meu esposo me trouxe pra cá atrás de trabalho...(...)O que me motiva a continuar é que eu gosto daqui. Gosto da união da comunidade. (Otávia)

No início aqui não tinha nada, mas foram chegando as pessoas pela pesca. (Otávia)

Os meus pais são de Nazaré, meu avô era do Amazonas veio de Uruapiara. (Talita)

Meus pais se casaram aqui, minha mãe era de Assunção no Rio Madeira e veio morar aqui. (Amanda).

Apesar da importante mobilização cultural, em Nazaré também se encontram diversas precariedades nas condições de vida da população, o que afetou diretamente o acesso a direitos básicos das pessoas que ali residem como, educação e trabalho. A partir dos relatos, posteriores, irão ser apontados nas entrevistas fatores que impulsionaram parte das entrevistadas a se deslocarem na comunidade para a capital do estado por falta de acesso a esses direitos. Ainda, destacamos a seguir alguns aspectos da história de vida das participantes.

Essas questões podem ser compreendidas como reflexo da invisibilidade e de ações do poder público que priorizam o benefício de grandes obras lucrativas em detrimento da saúde, dos direitos e dos modos de existências das comunidades tradicionais, dentro de uma lógica caracterizada pela inclusão perversa. (Sanchez, 2021, p. 22).

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

No que se refere à educação, Nazaré hoje tem duas escolas, uma estadual que funcionam com o sistema de mediação tecnológica e outra municipal, mas na década de 1980 e em anos anteriores a comunidade só apresentava uma instituição com séries iniciais o que precarizava a educação das crianças do local e conduzia-os aos deslocamentos. Somado a isso, a negligência do Estado no que se refere a aplicação de um ensino de qualidade nas comunidades ribeirinhas, e aí destaca-se o sistema de mediação tecnológica que precariza o ensino, a estrutura da instituição, número de profissionais e transporte, afeta a inserção de mulheres, que vivem nesse local, no ensino superior.

Saí de lá, porque lá na época que eu morava lá não tinha escola, tinha escola primária, mas não tinha fundamental e nem médio (...) então a maioria dos meus irmãos fizeram quase a mesma trajetória que eu, saíram de casa cedo para estudar. (Talita).

(...) Não generalizando, mas a maioria dos ribeirinhos acham que não tem capacidade nenhuma para passar em uma Universidade, porque a educação é super sucateada, até anos atrás ficou 4 anos sem ter transporte, está voltando agora o transporte escolar, então a gente não tem nenhuma perspectiva de vida universitária e nós falávamos que terminar os estudos era terminar o ensino médio. (Talita)

Quando eu tinha 10 anos eu tive que ir para a cidade terminar meu ensino fundamental e depois que eu terminei a faculdade voltei para cá. (Sônia).

As precariedades nas condições de ensino antes dos anos 80 eram ainda maiores. Com isso, as mães que moravam na área ribeirinha se organizavam para suprir a falta de agentes escolares, principalmente no que se refere à alimentação das crianças. Uma das expressões desse processo de precarização e de protagonismo das mulheres na resolução dos problemas que afetam a comunidade é que A continua exercendo trabalhos voluntários ou não remunerados com as instituições de ensino, assim como trabalha em outras frentes ou demandas da comunidade. Vale destacar que ela não é a única que exerce essas funções, como evidência em sua fala:

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

Antes não tinha merendeira e eram as mães mesmo que faziam a merenda. Também não tinha energia e água. As mães pegavam a água no igarapé no balde e faziam a merenda no fogão de lenha. Ia para a beira lavar as louças e as lenhas, as mães com as crianças para o mato tirar. Era um trabalho de todo mundo. (Amanda)

Quando me chamam para ajudar eu vou, na escola, nas copas eu ajudo a levar as crianças para os campeonatos para ajudar. (...) Na escola quando tem alguma coisa eu vou lá, mas só para ajudar mesmo (Amanda).

Além disso, a precarização das condições de trabalho é um dos fatores que estão presentes na história de vida das participantes e de seus familiares. Algumas delas entraram cedo no mercado de trabalho, predominantemente em atividades realizadas a partir de relações informais de trabalho, ou seja, com maior exploração, menor rendimento e sem garantia de seus direitos. Suas trajetórias são marcadas pelas atividades realizadas nas lavouras na comunidade ou precarizados na cidade, onde sofriam uma série de racismo e violências. Ainda, o trabalho infantil era algo comumente realizado nesse meio para contribuição da renda familiar. Realidade que evidencia o descaso do Estado com esse território.

Nós íamos para a roça também, porque meu pai morreu e deixou a gente pequeno, plantava milho e arroz (...) então eu já trabalhei com 15 anos de doméstica e quando a mulher viu que eu era de menor ela me demitiu. (Sônia)

Depois eu voltei de novo para Porto Velho. Vim morar com outro tio meu para ser babá do filho dele. (Talita)

Aí não trabalhei mais direto, só fazendo bicos em pizzarias, horrível te humilham, trabalhei de auxiliar de cozinha, com faxina e sofria assédio. (Talita)

Meus pais vieram para cá eles eram bem novos, meu pai veio para cá ele tinha 10 anos, ele trabalhava junto com o dono da terra (...) Ele precisava de ajuda os pais que já moravam um tempo aqui então ele foi trabalhar para ajudar a família. (Amanda).

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

Diante de todas essas disparidades, a hierarquia nas relações de gênero estava bem presente. É importante destacar que essas desigualdades não são particularidades desta comunidade ou característica formadas a partir dela. Pelo contrário, as contradições identificadas no território em questão são expressões de relações de uma sociedade que organiza as relações a partir da exploração racial, étnica, de gênero e classe.

Os simbolismos construídos de forma desigual para ambos os sexos nos levam a análises da historicidade da condição da mulher, demonstrando que o patriarcalismo deixa marcas no que diz respeito ao modelo hierárquico de relações de poder. Tanto que o poder determinou os papéis na sociedade à medida que as relações existentes entre masculino e feminino eram de subjugação e dominação. (Pinheiro, 2019, p.31).

A partir das entrevistas, notamos que as mulheres tinham as suas funções, decisões e seus destinos delimitados socialmente, em que foram direcionadas ao casamento e as atividades domésticas, com a falsa percepção de que a saída da casa da família inicial lhes possibilitaria maior independência e autonomia nas suas vidas.

A entrevistada Amanda relata que trabalhou como dona de casa durante sua vida inteira e depois que se casou continuou essas atividades informais trabalhando na plantação para o consumo da sua família. É interessante destacar que ela não entendia os afazeres domésticos enquanto uma forma de trabalho e nem mesmo o seu serviço como confeiteira, ornamentadora de festas e produtora do festival cultural da comunidade.

Quando Sônia fala sobre como eram as pessoas com quem ela morava, destaca que as relações com os padrastos não era algo positivo, a convivência não era boa. Assim, quando sua mãe foi para a capital do estado, Sônia ficou morando com a sua madrinha e só depois foi para a cidade onde sua mãe estava morando.

Portanto, diante das falas apresentadas, evidenciamos o quanto “nascer ser mulher” ainda incide sobre as possibilidades de acesso e organização de vida, bem como a negligência do Estado diante das precárias condições de vida das comunidades tradicionais. Principalmente das mulheres que vivendo neste sistema

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

hierárquico tem suas atividades e decisões limitadas não só pelos homens da sua família, mas também por aqueles com quem se casam e indiretamente pelos que em sua maioria governam o país e negligenciam o acesso a direitos básicos nas comunidades ribeirinhas, afetando toda a história de vida delas.

Destacamos que, apesar desta histórica condição do “ser mulher”, neste caso, mulher ribeirinha, que as insere em redes de relações que buscam determinar o que se pode ou não ser e fazer, são as mulheres, no caso analisado, mulheres ribeirinhas, que enfrentam as mazelas sociais, são elas que criam e sustentam as atividades coletivas que respaldam as pessoas mais necessitadas, assim como, desenvolvem as atividades culturais, de lazer e de educação formal e informal. No item a seguir, apresentaremos como a solidariedade coletiva é utilizada para o enfrentamento das desigualdades sociais.

SOLIDARIEDADE COLETIVA COMO MÉTODO PARA ENFRENTAR AS MAZELAS DA DESIGUALDADE SOCIAL

Nessa categoria discutiremos os sentidos e motivos atrelados à organização coletiva para o enfrentamento das problemáticas produzidas pelo avanço do capital na Amazônia e das negligências do Estado e que se expressam na comunidade investigada. A partir das entrevistas e diálogos no território, notamos que existem combinados implícitos e explícitos sobre a necessidade de realização de certos trabalhos que sustentam as relações comunitárias, sendo na maioria das vezes, liderados por mulheres.

A noção que este tem do que lhe é cabível, como, por exemplo, suas responsabilidades, seu modo de agir e até mesmo de sentir é uma elaboração cultural. (Lopes, 2013, p.36/37) Assim, existe um diálogo coletivo para a realização de trabalhos que sejam em prol da comunidade, sendo coordenados por mulheres, seja através na cultura, economia ou na busca de acesso a direitos. As entrevistas indicam que essa mobilização está presente nas particularidades da comunidade, integra sua história e pode ser uma das características que a insere na denominação de comunidade tradicional, o que nos demandaria mais tempo de investigação.

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

O que identificamos, todavia, é que as lideranças entrevistadas são movidas pelo interesse em prol do coletivo, em tornar a comunidade melhor para todos e em ajudar as pessoas que passam por algum tipo de necessidade.

Sentido é dar continuidade. O nome da comunidade expandir, crescer. (...)Eu gosto, vem aquela vontade de querer ajudar e fazer. Isso eu creio que seja da gente, eu não sei dizer não. (Amanda)

O sentido é que eu me sinto bem ajudando as pessoas, sabe por que no passado eu passei o que as pessoas passam. Hoje eu tenho condições e penso tanto dinheiro só pra mim, aí eu ajudo. (...)Aqui a gente faz um bingo para ajudarei não jogo, mas eu compro para ajudar. (...)Quem está na frente é sempre a Aleita, ela é uma pessoa muito boa, o Tim Maia também. (...) (Otávia)

Ainda tem chance de mudar o que o sistema faz, esse sistema que só massacra os trabalhadores, os pobres. Meu sentido é continuar até mudar. (...) O festival é para trazer crianças que estão trabalhando no garimpo, meninas engravidando. (Talita)

Ter empatia, porque passei muita necessidade com a minha família e eu sei que não é fácil. Muitas vezes minha mãe só tinha um ovo para dividir para um monte de filhos. Eu vejo que o que eu não quero para mim eu não quero para os outros...(...)esse meu pensamento coletivo vem de berço e de criação, pois minha mãe ajuda muito as pessoas em relação a aposentadoria, apesar de ser analfabeta ela sempre ajuda. (Sônia).

Identificamos, ainda, que os motivos que mantêm essa forma de organização social de vida então baseados em um fazer aprendido com pessoas próximas, em sua maioria familiares, e em momentos de muita dificuldade vivenciados por elas. Apontamos que a realização de ações e atividades direcionadas a ajudar às outras pessoas produz uma vivência positiva e uma sensação de bem-estar nas entrevistas, o que pode ser mobilizadora de interesse e vontade de serem realizadas novamente. Além disso, notamos que existe uma concepção pessoal de mundo de que as pessoas precisam do básico para viver. Compreensão que orienta algumas das ações

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

coletivas e pessoais das entrevistadas, assim como, é contrária ao acúmulo incentivado pelo capitalismo, base da produção das desigualdades sociais.

Conclusões

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar as trajetórias de mulheres lideranças ribeirinhas do baixo madeira, não brancas e vinculadas em ações e coletivos em defesa do território Amazônico, gênero, raça e/ou etnia. Os objetivos específicos foram: 1) identificar o modo de vida e organização comunitária em que vivem as mulheres ribeirinhas e investigadas; 2) descrever a trajetória de vida das mulheres lideranças ribeirinhas e as formas de organização e lutas que desenvolvem; e, 3) compreender as necessidades e motivos atrelados às reivindicações, lutas e organização das mulheres ribeirinhas.

Em relação ao primeiro objetivo específico identificamos as características particulares de comunidades ribeirinhas, onde a produção está voltada ao extrativismo e à pesca. No que diz respeito às mulheres, dividem seu tempo de trabalho na agricultura, para o autoconsumo de suas famílias, porém a maior parte do tempo está voltada para a realização de atividades domésticas ou informais. Além disso, realizam atividades voltadas ao interesse coletivo da comunidade, seja atrelada ao esporte, cultura, educação e outras frentes voltadas às próprias mulheres, crianças e todas as famílias que ali vivem.

Em relação ao segundo objetivo específico identificamos uma série de negligências do Estado que afetaram e afetam à comunidade como um todo, mas especialmente às mulheres devido às relações hierárquicas de gênero que limitaram suas atividades e decisões. Dessa forma, suas trajetórias são marcadas por diversas migrações e deslocamentos, devido a falta de acesso à educação e a inserção em trabalhos informais, invisibilidade e falta de reconhecimento de seus trabalhos na comunidade e apagamento histórico. Apesar disso, elas seguem mobilizando e sustentando as relações e atividades coletivas, com objetivo de tornar a comunidade melhor para todos e enfrentar as mazelas produzidas pela desigualdade social.

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

Quanto ao terceiro objetivo específico, notamos que as necessidades e motivos atrelados às reivindicações e lutas das mulheres lideranças estão ligadas às histórias de vida de pessoas semelhantes que têm passado por dificuldades. Além disso, as ações de ajudar produzem sensação de bem-estar e existe uma concepção pessoal de mundo de que todos precisam do básico para viver, ou seja, uma ideia contrária ao acúmulo que é incentivado pelo capitalismo. Destacamos essa como uma das particularidades das comunidades ribeirinhas, mas também apontamos para a falta de políticas públicas efetivas do estado, no que se refere ao atendimento das necessidades básicas da população investigada.

Por último, encontramos alguns desafios no desenvolvimento dessa pesquisa, um deles foi o pouco número de investigações realizadas nas comunidades tradicionais no estado de Rondônia que coloquem em evidência os trabalhos e a trajetória das mulheres ribeirinhas, outro também foi o deslocamento pelo custo e falta de apoio financeiro da Universidade, o que restringe a realização de pesquisas em comunidades distantes. Ainda, em pesquisas posteriores, é importante o planejamento de grupos que busquem trabalhar com projetos na comunidade para fortalecer os processos já existentes e potencializar a formação, organização e geração de renda a partir de uma relação respeitosa com a natureza, como a comunidade já realiza. Ademais, termino esse estudo com a certeza de que esse ciclo não só contribuiu na minha formação enquanto profissional, mas também como pessoa, tendo em mim o sentimento de dever cumprido e gratidão à minha orientadora Solange Struwka que não mediu esforços para que eu pudesse realizar essa pesquisa.

Referências:

BOZHOVICH, L. **El problema del desarrollo de la esfera motivacional en el Niño**. In: BOZHOVICH, L. Estudio de la motivación de la conducta de los niños y adolescentes. Moscú: Editorial Progreso. 1978

DO CARMO CRUZ, Valter. **R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia**. Terra Livre, v. 1, n. 26, p. 63-89, 2006. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/208/192>>. Acesso em: 26.abr,2023.

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

HOOKS, Bell. (1981). **Não sou eu uma mulher**. Mulheres negras e feminismo. (1ª ed.) Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Amazônia Brasileira: a pobreza do homem como resultado da riqueza da terra**. Dossier nº14. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2019. Disponível em: <https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/03/190311_Dossier_14_PT_Final_Web.pdf>. Acesso em: 18, dez, 2022.

LOPES, Luciane Gomes. **Vivência espacial das mulheres ribeirinhas: os espaços paradoxais do Distrito de Nazaré**. 2013. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/294853275.pdf>>. Acesso em: 21, jul, 2023

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Horizontes-amazonicos-com-capa.pdf>>. Acesso em: 20, abr, 2023.

MARTÍN-BARÓ, I. (1989/1990) Retos y perspectivas de la psicología latino-americana. En G. Pacheco y B. Jiménez (Orgs.) Ignacio Martin-Baró: **Psicología de la Liberación para America Latina**. Guadalajara: ITESO- Universidad de Guadalajara, p. 51-80.

MARTÍN-BARÓ, I. (1996) **O papel do psicólogo**. Estudos de Psicologia, 2(1), 7-27. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>.

MARTÍN-BARÓ, I. Grupos com história. In F. Lacerda Jr. (Org.), **Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicossociais** (pp. 66-88). Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (Obra original publicada em 1987).

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PINHEIRO, Tainá Trindade. **Gênero e empoderamento no distrito de Nazaré-Rondônia: Espacialidades das mulheres ribeirinhas**. 2018. Disponível em: <<https://ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/2477/1/DISSERTA%20c3%87%20%83O%20TAIN%20TRINDADE%20PINHEIRO...pdf>>. Acesso em: 15, jun, 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória – Tensões territoriais em curso**. 1. ed. IPDRS / CIDES - UMSA, 2018

REVISTA DE PSICOLOGÍA DE EL Salvador. [S.l.], v. XI, p. 43-729, 1992.

SANCHEZ, Beatriz Marques et al. **A práxis psicossocial em comunidade Ribeirinha da Amazônia: riscos e potência**. 2021.

A AMAZÔNIA NEGADA É NEGRA: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES RIBEIRINHAS NAS COMUNIDADES DO BAIXO MADEIRA

SILVA, Joao Marcio Palheta; SILVA, Christian Nunes. **Juriti: uma comunidade amazônica atingida pela mineração**. Geografia, v. 18, n. 36, p. 128-148, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13746/8946>>. Acesso em: 20, mar. 2023.

SOUSA, Rúbia Elza Martins de et al. **“Aqui tudo é do rio, se ele quer levar, deixa levar”: gênero, identidade e lugar das mulheres ribeirinhas em Nazaré, Porto Velho, Rondônia**. 2019, Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9279/5/Tese%20-%20R%20c3%20babia%20Elza%20Martins%20de%20Sousa%20-%20202019.pdf>>. Acesso em: 20, dez, 2022.



PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDUCATIONAL PROCESSES IN CONFRONTING SEXUAL VIOLENCE AGAINST
CHILDREN AND ADOLESCENTS

Tácia Regina Dantas Bugarém¹

Halanderison Raymisson da Silva Pereira²

Marli Lucia Tonatto Zibetti³

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados de uma revisão integrativa da literatura das ações realizadas no combate à violência sexual infanto-juvenil em que a psicologia se apresenta articulada a educação.. Buscou-se identificar e analisar nos textos elegidos para o estudo a natureza das ações realizadas, o emprego de procedimentos e instrumentos nos processos de trabalho, além de analisar criticamente como a psicologia foi aplicada. O levantamento foi realizado, com os descritores “violência sexual infantil”, “intervenção”, “violência sexual infantil” e “educação” na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES. Os resultados indicaram 24 artigos na primeira busca e 30 na segunda busca. Foram analisados integralmente 6 artigos, a partir dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Os resultados apontam a importância das ações educativas de cunho preventivo e protetivo no âmbito da rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual de forma interdisciplinar e destaca a relevância da atuação de psicólogas/os em diferentes instâncias de atendimento, mas prioritariamente no âmbito escolar.

Palavras-chave: educação; psicologia; prevenção.

Abstract

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro do Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia (CEPSAM). E-mail: taciadantas8@gmail.com.

² Doutorado em Psicologia. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. Vice-líder do Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia (CEPSAM). E-mail: halanderisonpereira@gmail.com.

³ Doutorado em Psicologia em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Docente do Departamento De Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: marlizibetti@unir.br.

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

This work presents the results of an integrative review of the literature of actions carried out to combat child and adolescent sexual violence in which psychology is presented in conjunction with education. We sought to identify and analyze in the texts chosen for the study the nature of the actions carried out, the use of procedures and instruments in work processes, in addition to critically analyzing how psychology was applied. The survey was carried out using the descriptors “child sexual violence”, “intervention”, “child sexual violence” and “education” in the CAPES Periodicals Portal database. The results indicated 24 articles in the first search and 30 in the second search. Six articles were fully analyzed based on the established inclusion and exclusion criteria. The results point to the importance of educational actions of a preventive and protective nature within the scope of the protection network for children and adolescents in situations of sexual violence in an interdisciplinary way and highlights the relevance of the work of psychologists in different instances of care, but primarily in the school environment.

Keywords: education; psychology; prevention.

Introdução

As referências técnicas produzidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em conjunto com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), são documentos importantes para as/os psicólogas/os em diversos âmbitos, pois oferecem orientações teórico-metodológicas à atuação profissional. A Referência técnica para atuação na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual (CFP, 2020), a qual é ponto de partida deste estudo, é uma revisão de uma referência técnica publicada em 2009 denominada “Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo”, e traz atualizações das políticas públicas relacionadas ao combate à violência sexual infantil.

O documento apresenta os marcos regulatórios internacionais e nacionais de atenção e proteção à infância e adolescência, como a Convenção sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes (Organização das Nações Unidas, 1989), sendo o Brasil um dos primeiros países signatários do documento; a Constituição Federal (Brasil, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Brasil, 1990), que inspirou cerca de quinze legislações latino-americanas. Esses marcos possuem como máxima o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos que estão em condição peculiar de desenvolvimento, sendo responsabilidade do Estado e da

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

sociedade garantir o acesso à educação, saúde e moradia, e de protegê-los de toda forma de violência e opressão (CFP, 2020).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) é uma instância deliberativa para as questões relacionadas à população infanto-juvenil, responsável por elaborar e fiscalizar a aplicação das políticas voltadas para esse público (Brasil, 1991). Entre as políticas elaboradas pelo CONANDA, destaca-se o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVSCA) e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). O primeiro foi elaborado em 2000 e possui o objetivo de criar e fortalecer ações de proteção integral da criança e do adolescente vítima ou em risco de violência sexual. O segundo foi criado em 2006 com o objetivo de fomentar as políticas previstas no ECA, orientar e regulamentar os princípios básicos de atendimento ao público infanto-juvenil nas esferas municipal, estadual e federal, que também prevê a participação da sociedade civil (CFP, 2020). É importante destacar que o CFP é uma das organizações que participa do CONANDA, representando a sociedade civil.

Um aspecto importante para que as políticas sejam cumpridas e a proteção garantida, é a realização de denúncias quando acontece a violência. Em 1997 foi criado, no Brasil, o primeiro canal de denúncia coordenado pela Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA) até 2003, posteriormente, o Estado assumiu a responsabilidade do canal conhecido como “Disque 100”. As denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas para serviços da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, que atuarão no acolhimento e enfrentamento dos casos, como os Conselhos Tutelares, Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Ministério Público (CFP, 2020). O ECA (1990) destaca ainda, como integrantes da Rede, a escola, as instituições não-governamentais, os serviços de saúde, os serviços de assistência social como o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e os órgãos de justiça criminal.

A Rede de Proteção deve atuar de forma interdisciplinar, interprofissional e intersetorial, considerando que o seu principal objetivo é interromper o ciclo da violência. Para tanto, faz-se necessário, responsabilizar judicialmente o autor da violência e adotar medidas sociais de proteção à vítima, como reinserção escolar, bem

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

como medidas médicas e psicossociais para lidar com as marcas deixadas pela violência (CFP, 2020). A rede deve ser capaz de garantir que a vítima seja escutada durante os atendimentos, considerando eixos interseccionais, como idade, classe e etnia. Nesse sentido, a atuação da/o psicóloga/o se faz fundamental em qualquer instância da Rede, nas quais pode “[...] realizar escuta psicológica, respeitando a legislação profissional e marcos teóricos, técnicos, éticos e metodológicos da Psicologia como ciência e profissão” (CFP, 2018, p. 43).

A psicologia deve contribuir de forma preventiva e interventiva no contexto de violência sexual infanto-juvenil, tendo em vista que possui como campo investigativo os fenômenos psicológicos individuais e sociais que fazem parte desse cenário (CFP, 2020). A atuação da/o profissional depende da instância a qual está alocada/o, entretanto, deve ser sempre realizada de forma contextualizada, incluindo todos os agentes envolvidos na violência e desenvolvendo ações de cunho preventivo. Assim, o atendimento psicossocial preconiza a realização de atividades psicoeducativas que podem ser prioritariamente grupais ou individuais com caráter terapêutico (CFP, 2020).

Apesar dos marcos regulatórios citados e da estruturação da Rede de Proteção que representam feitos importantes para o público infanto-juvenil, ainda há imensuráveis violações de direitos que crianças e adolescentes sofrem em seus diversos contextos de vivência. Dentre as violências sofridas estão situações que levam ao trabalho infantil, tráfico de crianças e adolescentes, exploração/abuso e violência sexual, física e psicológica (CFP, 2020). A referência técnica citada delimita como campo de atuação a proteção de crianças e adolescentes que passaram por violência sexual e suas tipificações. Sendo assim, é importante conceituar e apontar as diferenças entre essas violações.

Santos (2009) define violência sexual como um atentado aos direitos humanos de crianças e adolescentes, pois decorre de um ato sexual violento, praticado por pessoas maiores de idade contra crianças e adolescentes menores de 14 anos, conforme a legislação brasileira. O abuso sexual, por sua vez, é a utilização de crianças e adolescentes para a gratificação sexual pessoal e possui como característica o uso do poder pelo abusador, que se aproveita do período de descoberta da sexualidade infantil para forçar, ameaçar ou seduzir a vítima e realizar

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

o abuso. A exploração sexual de crianças e adolescentes configura-se como uma forma de coerção e opressão que envolve trabalho forçado e escravidão dos corpos, utilizados para comercialização e obtenção de lucro (Declaração de Estocolmo, 1996).

Os tipos de violência citados impactam a vida dos sujeitos de forma devastadora, pois deixam marcas físicas, psicológicas e sociais. Essas marcas afetam o desenvolvimento, dado os efeitos nocivos da agressão que reverberam no modo de existir desses sujeitos, como por exemplo, nas suas relações familiares, escolares e em outros ambientes dos quais participam, e nas relações com o seu próprio corpo e autoimagem (CFP, 2020).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes cresceram no período entre 2021 e 2022, chegando a ultrapassar as estatísticas feitas anteriormente à pandemia de COVID-19. Em 2022, foram registrados 40.659 casos de estupro de vulnerável, em que a vítima tinha até 13 anos. Desse número, o sexo feminino representa 86% dos casos, enquanto o masculino 14%. No caso de exploração sexual, em 2022, em números absolutos, foram registrados 889 casos em que a maioria das vítimas tinham entre 13 e 17 anos. De acordo com o mesmo documento, há um problema com o número de registros desse tipo de violência, que pode ser ocasionado pelo envolvimento de crianças e adolescentes em alta vulnerabilidade social que não possuem condições de realizar a denúncia.

Diante desse cenário, é fundamental que sejam realizadas ações de prevenção e combate à violência sexual infanto-juvenil. Isto está previsto no Plano Nacional de enfrentamento, em um dos eixos estratégicos para formação e implementação de políticas públicas: “assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.” (2013, p. 9). Outro ponto importante a ser considerado, é que as ações realizadas devem estar alinhadas com as políticas públicas de diversos setores, tendo em vista a melhor intersetorialidade entre as instituições envolvidas na prevenção (CFP, 2020). Destaca-se a violência sexual contra crianças e adolescentes fere os direitos humanos das vítimas, de modo que impacta diretamente sua dignidade e vivência de vida. Assim, a psicologia deve e pode estar presente para construir e fomentar as ações realizadas, uma vez que um

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

dos princípios fundamentais da prática profissional é contribuir para eliminação de qualquer forma de violência, visando a promoção da saúde dos sujeitos (CFP, 2005).

Como exposto, a violência contra crianças e adolescentes se configura como um problema social, sendo um desafio para a família, a sociedade e os gestores públicos, uma vez que é um fenômeno que atravessa áreas distintas e complementares como saúde, educação, assistência social e política. De acordo com as Referências Técnicas é fundamental que se desenvolva um trabalho de prevenção que contribua para evitar que crianças e adolescentes continuem sendo vítimas dessa violência. Por isso, esse estudo fundamenta-se na necessidade de analisar as ações realizadas no âmbito da proteção de crianças e adolescentes em risco de violência sexual, procurando identificar o caráter educativo dessas ações, bem como as contribuições da psicologia nesse processo.

Para isso, recorremos a Freire (2004), quando afirma que para a prática educativa, é primordial a presença de uma psicologia que esteja, sobretudo, na contramão da lógica mecanicista do sujeito, que a/o psicóloga/o entenda o ser humano a partir das relações que o constituem em seu contexto histórico. Destaca ainda que os processos de aprender e ensinar, são, prioritariamente, processos de produção de saber, que não se reduzem a transferência de conhecimento conceitual, se trata de trocas entre pares.

Procedimentos Metodológicos

O primeiro processo investigativo deste trabalho ocorreu mediante análise documental das Referências Técnicas Para a Atuação da/o Psicóloga/o na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência (CFP, 2020) tendo em vista sua importância e sistematização de saberes para a atuação da/o psicóloga/o e embasamento de sua prática, oferecendo aspectos históricos e políticos primordiais. Realizamos ainda uma revisão integrativa da literatura para levantamento de artigos que descrevessem ações realizadas no combate à violência sexual infanto-juvenil de forma articulada com a educação, verificando a presença da psicologia nesse âmbito.

Assim, o levantamento de artigos científicos sobre o tema foi feito na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES. A escolha dessa base de dados se justifica

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

por sua relevância no meio acadêmico e pela possibilidade de acessar trabalhos que foram submetidos à revisão por pares. A pesquisa foi realizada entre agosto e setembro de 2023.

A busca pelo material deu-se pelo cruzamento de descritores, com posterior leitura dos títulos e dos resumos a fim de identificar trabalhos que abordassem alguma ação em campo, por esse motivo, desconsideramos revisões de literatura e análises teóricas. A busca ocorreu em duas etapas: por meio dos termos “violência sexual infantil” e “educação” com os filtros “artigos” e “idioma português”: 24 resultados. Seguindo os critérios de inclusão, foram selecionados três artigos; por meio dos termos é (exato) “violência sexual infantil” e contém “intervenção” com filtros “artigos” e “idioma português”: 30 resultados. Seguindo os critérios de inclusão, também foram selecionados três artigos. Assim, foram estudados e lidos na íntegra seis artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES.

Resultados e discussões

No quadro 1, apresentamos dados de identificação dos artigos selecionados: os títulos, autoras/es, instituição de ensino (IES) às quais os autores estão vinculados, ano de publicação e tipo de texto.

Quadro 1 – Dados de identificação dos artigos selecionados para análise

Nº	Título	Autoras e autor	IES	Ano	Tipo de texto
1	Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil	Rachel Brino e Lúcia Williams	UFSCar	2003	Pesquisa qualitativa e quantitativa
2	O enfermeiro na atenção à criança com suspeita de abuso sexual: uma abordagem fenomenológica	Lia Leão Ciuffo, Benedita Maria Rêgo Deusdará Rodrigues, Janice Machado da Cunha	UERJ	2009	Pesquisa qualitativa
3	Acesso a informação para construção da cidadania: o abuso sexual infantil em debate	Ângela Pietro, Maria Yunes, Deise Parula Munhoz e Verônica Foes	FURG	2009	Pesquisa qualitativa

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

4	Integração Saúde e Educação: contribuições da psicologia para a formação de educadores de uma creche em sexualidade infantil	Adriane Costa Ciaffone e Marivete Gesser	UFSC	2014	Relato de experiência
5	Acadêmico de Medicina em ação: promovendo fatores de proteção à violência sexual em crianças vulneráveis	Maíra Ferro Touse, Ana Clara Freitas, Lis Pereira e Glória Lúcia Figueiredo	UNIFRAN	2021	Pesquisa qualitativa
6	Prevenção à violência sexual infantil: um relato sobre as ações desenvolvidas com trabalhadores da educação em um município de pequeno porte em alusão ao 18 de maio	Ana Paula Huçalo, Daniela Cecilia Grisoski e Cláudio Suzuki	UNICENTRO e UFRGS	2022	Relato de experiência

Fonte: Elaborado pela autora a partir de levantamento no Portal de Periódicos CAPES

Nos trabalhos selecionados, três são de natureza qualitativa, um quanti-quali e dois são relatos de experiência. Apontamos a hipótese de que as pesquisadoras e o pesquisador, optaram por pesquisas qualitativas e relatos de experiências tanto pela sensibilidade e seriedade da temática que envolve muitas questões e um público infanto-juvenil, bem como pela natureza do levantamento realizado que buscou trabalhos voltados à intervenção.

Dos artigos analisados, cinco são oriundos de trabalhos realizados em instituições públicas de ensino, sendo três (Brino; Williams, 2003; Ciaffone; Gesser, 2014 e Pietro *et al.*, 2009) de universidades federais, um (Ciuffo; Rodrigues; Cunha, 2009) de universidade estadual e um (Huçalo, Grisoski, Suzuki, 2022) em parceria entre universidade estadual e federal. O trabalho de Touse *et al.*, 2021 foi produzido por profissionais vinculados a uma instituição privada de ensino. É relevante assinalar que essas pesquisas foram realizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil, sendo três em cada, de acordo com a localização da instituição de ensino e a localização geográfica da pesquisa. Nesse conjunto de textos não foram encontradas pesquisas realizadas nas regiões norte, nordeste e centro oeste do país.

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As autoras e o autor dos trabalhos analisados possuem formações diversificadas nas áreas de Saúde (Enfermagem, Educação Física, Medicina), Ciências Humanas (Pedagogia, Psicologia, História) e Ciências Sociais (Direito). Porém o maior número de trabalhos foi produzido por profissionais da Psicologia (cinco trabalhos). É fundamental que o combate à violência sexual infantil englobe essas áreas de saberes e profissionais, tendo em vista a atuação em rede e a interdisciplinaridade de forma que todos se comprometam com o fim do ciclo de violência e o cuidado das consequências desta nos sujeitos e seus familiares (CFP, 2020).

Entretanto, para atuar de forma interdisciplinar e em rede são necessárias novas concepções de atendimento às demandas da população. Destacamos o trabalho de Touse *et al.* (2021) desenvolvido por acadêmicas de medicina em uma ONG que atende crianças em vulnerabilidade social, orientado por uma docente com formação em psicologia, que traz uma ampliação do conceito de saúde que não se restringe ao modelo biológico e a atuação em hospitais ou unidades de saúde, considerando aspectos políticos e sociais, possibilitando assim uma formação mais humana.

Ao considerar a psicologia como campo de formação que está mais atrelado a essas pesquisas e relatos, percebemos sua essencialidade em interface com as políticas públicas em trabalhos interdisciplinares que contribuam para a desconstrução da concepção de um sujeito deslocado do social, tendo em vista que a produção de subjetividade e vivências que afetam os sujeitos estão diretamente relacionadas com as condições sociais de vida e inserção em contextos familiares, escolares e de outras instituições (Passone; Perez, 2013). Como trazido pelas Referências técnicas (CFP, 2020, p. 40) a psicologia se debruça “[...] no antes, no durante e no depois quando se trata de crianças e adolescentes e enfrentamento da violência sexual, pois estuda os fenômenos psicológicos individuais e sociais a ela relacionados.”

No Quadro 2, seguindo a mesma ordem do quadro 1, apresentamos outros elementos dos trabalhos analisados: objetivos, participantes, o local de realização da pesquisa, instrumentos e procedimentos de cada artigo, a partir do tipo de texto apontado no quadro anterior.

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Quadro 2 – Objetivos, participantes, local de realização, instrumentos e procedimentos dos trabalhos analisados

Nº	Objetivos	Participantes e local de realização	Instrumentos	Procedimentos
1	Capacitar educadoras quanto a atuação frente à suspeita de abuso sexual infanto-juvenil.	Educadoras Secretaria municipal de educação e escolas municipais de Educação infantil	Registro sobre Abuso Sexual (RAS) e questionário sobre conhecimento e crenças a respeito de abuso sexual.	Ocorreu em duas etapas, sendo a primeira o oferecimento de um curso de capacitação, e a segunda de consultoria para as professoras.
2	Analisar as ações do profissional enfermeiro no atendimento à criança com suspeita de ter sofrido abuso sexual.	Enfermeiros/as Hospital municipal.	Entrevista não estruturada.	Estudo descritivo das ações dos profissionais diante de uma situação de violência sexual infantil.
3	Compreender como ocorre (ou não) a denúncia de casos de abuso sexual intra/extrafamiliar nesse contexto, pelas ações de diretores, professores e funcionários.	Professoras e crianças Escola municipal	Com as crianças, foram realizados 7 encontros. Com professores, foi realizado um grupo focal.	Com crianças, foram construídos diários sobre eles próprios, a partir das conversas realizadas. Com professoras, foram debatidas questões em torno do que fazer nesses casos.

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

4	Capacitar educadoras de uma creche para lidarem com expressões da sexualidade na infância.	Professoras Creche	Levantamento de necessidades das educadoras através da escuta. Realização de sete encontros com as educadoras baseadas no Círculo de Cultura de Paulo Freire e grupo reflexivo.	Realização de oficinas em grupo, em que era organizadas em aquecimento, atividade e compartilhamento, inspirado no psicodrama.
5	Analisar os impactos de atividades de educação sexual com crianças em vulnerabilidade social.	Crianças ONG em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Realizados três encontros nomeados como diagnóstico, intervenção e avaliação em formato de roda de conversa; Formulário com questões abertas.	Introdução de conhecimentos acerca da violência sexual através de conversa. Utilizaram recursos lúdicos, como histórias infantis para trabalhar questões corporais e arte.
6	Capacitar professores e funcionários da educação acerca da violência contra crianças e adolescentes e suas manifestações.	Professores, diretores, inspetores, equipe pedagógica e auxiliares de serviços gerais. Secretaria municipal de assistência social, saúde e educação	Grupo operativo.	Foram formados grupos pequenos no intuito de capacitar, discutir e refletir o que fazer quando ocorrem situações de violência com crianças e adolescentes.

Fonte: Elaborado pela autora

Percebemos que os instrumentos e procedimentos de coleta de dados são diversos: questionários, consultoria, entrevista não estruturada, cursos de capacitação, oficinas, rodas de conversa, grupos operativos e círculos de cultura. Essas abordagens permitem que o conhecimento se faça junto, que haja discussões

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

e reflexões acerca do tema. Pietro *et al.* (2009), por exemplo, desenvolveram uma pesquisa com professoras, por meio da realização de um grupo focal em que foram discutidas questões escolhidas pelo próprio grupo, como fatores de risco e indicadores de violência. Foi constatado que as professoras reconhecem a problemática da violência e que a escola pode atuar de forma preventiva e protetora. Da mesma forma, no trabalho de Ciaffone e Gesser (2014), as discussões feitas sobre educação sexual infantil, provocaram nas educadoras questionamentos sobre a violência sexual e constataram que ao assumir a importância dessa educação contribuem irrevogavelmente para a sua prevenção.

Como trazido pela Referência (CFP, 2020), desenvolver ações preventivas em conjunto com comunidades deve fazer parte da atuação da/o psicóloga/o. Dessa forma, evita-se o adoecimento psíquico de longo prazo com o desenvolvimento de transtornos mentais, além de assegurar direitos estabelecidos.

[...] é importante compreender que as intervenções realizadas no âmbito das políticas públicas de combate e prevenção à violência sexual, devem ter foco não apenas na redução das situações de risco e vulnerabilidade, mas na transformação dos ciclos que perpetuam essas situações. É fundamental a busca por fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que fomentem potencialidades e competências para que essas famílias, crianças e adolescentes possam lidar com as dificuldades que ainda enfrentarão (CFP, 2020, p. 59).

Em cinco trabalhos, houve o movimento de levantar as necessidades da instituição e dos participantes, bem como o que gostariam de saber ou aprofundar sobre a temática da violência sexual infantil. Esse procedimento indica a adoção de uma postura democrática que é muito relevante para a ação educativa e para a transformação social, pois não se resume em impor informações, ao contrário, considera os conhecimentos e as vivências dos sujeitos e, acredita que é possível, por meio do diálogo, construir uma nova realidade (Freire, 1981).

No relato de experiência de Huçalo, Grisoski e Suzuki (2022) foi percebido que os participantes concebiam a violência sexual apenas quando há penetração no ato sexual. A partir das concepções dos envolvidos, os pesquisadores conseguiram explicar e demarcar os tipos de violência sexual. Ademais, alguns participantes revelaram que sentem receio em fazer a denúncia por medo de expor sua identidade

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

e serem responsabilizados. Diante disso, foi explicado e discutido o trabalho cuidadoso e sigiloso que envolve a Rede de Proteção. Dessa forma, esse processo de escutar a vivência dos participantes permite que conhecimentos prévios sejam desconstruídos e novas concepções possam ser trabalhadas.

A Referência (CFP, 2020) alerta que as redes de ensino devem colaborar para o enfrentamento das violências sexuais pela educação sexual e medidas de prevenção, em consonância com o Decreto 9.603/2018 que estabelece o dever dos profissionais de educação em acolher, informar a criança ou o responsável sobre os direitos e procedimentos em casos de violência sexual ou suspeita. Quando necessário, encaminhar a criança ou adolescente para atendimento emergencial e comunicar o Conselho Tutelar.

As professoras e educadoras do ensino fundamental aparecem como as/os principais participantes, uma vez que duas pesquisas envolveram crianças em idade escolar. Há uma pesquisa feita com enfermeiros/as (Ciuffo; Rodrigues; Cunha, 2009), em que uma das percepções foi de que essas/es profissionais procuram outros para terem uma ação conjunta, tendo em vista que para além de cuidados físicos, a criança precisa de apoio psicológico e social. Assim, é possível inferir a importância do atendimento e articulação multiprofissional, uma vez que esse fenômeno é multifacetado e possui várias causas (CFP, 2020).

Destacamos que pesquisas e intervenções que envolvem professoras, educadoras e instituições escolares, são imprescindíveis no contexto infanto-juvenil, pois a escola é um lugar que as crianças passam mais tempo depois da sua família, sendo fundamental para o desenvolvimento dos sujeitos, visto que permite construir conhecimentos e novas relações (Silva *et al.*, 2011). A Referência técnica (CFP, 2020) destaca que a escola é o local onde ocorre a maioria das revelações espontâneas, pois a criança possui vínculos de segurança e confiança com professoras/es e colegas. Por isso, é relevante que sejam realizadas ações educativas com a equipe escolar no intuito de prevenir e identificar a violência sexual infantil.

Assim, Brino e Williams (2003) desenvolveram um trabalho com professoras da secretaria municipal em que foi possível através do Registro sobre Abuso Sexual, trabalhar aspectos como identificação, encaminhamento e rede de proteção, sendo disponibilizados materiais e consultorias para as participantes da pesquisa e um

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

questionário sobre conhecimento e crenças a respeito de abuso sexual para serem assinaladas como verdadeiro ou falso. Essa pesquisa envolveu dois grupos, um que participou de todas as atividades interventivas formado por cinco participantes, chamado de grupo interventivo (GI), e um grupo controle (GC) formado por seis participantes que não receberam a capacitação. No questionário, na 1ª aplicação o GI teve uma variação de acertos de 74,4% a 83,72%, após a consultoria a variação foi de 93% a 100%. Já o GC teve uma variação de 51% a 88,3% após o período de consultoria. O GI começou a fazer movimentos para além do curso de capacitação e consultoria, mudando dinâmicas com a classe permitindo um contato maior com as crianças e trabalhando a temática com outros professores. Enquanto no GC, não foram constatadas mudanças.

No que concerne ao trabalho com crianças ou adolescentes, é necessário que preconceitos e estereótipos sejam superados, tendo em vista que impera na sociedade discursos em que colocam esses sujeitos como inferiores, incapazes de terem autonomia e protagonizarem suas histórias (CFP, 2020). Os trabalhos analisados indicam as contribuições que essas intervenções trazem para o público envolvido, reafirmando que a prevenção, por meio de processos educativos, é o caminho para a ampliação dos conhecimentos das/os profissionais que trabalham com crianças e jovens.

Nas pesquisas que envolviam crianças Touse *et al.* (2021) observaram que através da educação em saúde foi possível fornecer conhecimentos que produziram empoderamento e proteção, uma vez que as crianças compreenderam os limites do que pode ou não ser tocado no seu corpo, além de trabalharem a intimidade e autoestima. Do mesmo modo, Pietro *et al.* (2009) ao atuarem com crianças, possibilitaram a construção de diários que englobam temas como família, cuidado com o corpo, sexualidade e afetividade. Dessa forma, ambos os trabalhos proporcionam autonomia e protagonismo desse público. Essa construção provoca vivências transformadoras que possibilitam a subversão de discursos que sustentam ciclos de violência, mais ainda, fomenta a participação de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos (CFP, 2020).

Outro ponto importante a ser discutido é a presença de psicólogos dentro das escolas. A Lei 13.935/2019 estabelece a inclusão de profissionais em psicologia e da

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

assistência social para compor a equipe multiprofissional da educação básica. Essa ferramenta sinaliza uma importante forma de garantir um ensino inclusivo e garantir direitos humanos. Psicólogos e assistentes sociais possuem formação e conhecimentos para a elaboração de mais ações e estratégias como a dos estudos citados, de uma forma mais plural e humana que deve atender às necessidades do corpo escolar em consonância com a política de direitos humanos e demais políticas públicas (CFP, 2022).

Bertasso e Anjos (2022) discutem que um psicólogo dentro do corpo escolar é um grande ganho a equipe e a formação desse profissional, no entanto, são necessários exercícios de criticidade e reflexão da prática na educação, tendo em vista o cenário neoliberal que cobra constante funcionalidade e corpos domesticados. Além dos discursos médicos e medicalizantes que leem os sujeitos a partir de um diagnóstico. Assim, a prática de uma educação livre que promova a emancipação dos indivíduos dentro da escola, seja no aspecto formativo, psicoeducativo e/ou preventivo, é competência do profissional em psicologia.

A partir do exposto, foi possível verificar a importância dos trabalhos realizados no âmbito da educação que visam a prevenção e proteção de crianças e adolescentes da violência sexual. Percebemos que a psicologia possui um papel primordial no acolhimento e sensibilidade em tratar dos sujeitos envolvidos, além de uma posição política e social que deve contribuir para práticas em saúde humanizadas e garantir os direitos humanos. As práticas alinhadas com a promoção dos direitos humanos se demonstram essenciais para restabelecer a dignidade de vida da vítima e de suas famílias. No contexto educacional/escolar isso é ainda mais importante, tendo em vista que esses espaços são os de maior convivência e onde ocorrem trocas relacionais entre os atores envolvidos (Gonçalves e Jacinto, 2019).

Considerações Finais

Nesse texto, por meio do estudo documental da Referência técnica e da análise de seis artigos, buscamos investigar como as ações de enfrentamento a violência sexual infantil se articulam com a educação e verificar a presença da psicologia nesse campo. Para isso, identificamos os trabalhos, o tipo de pesquisa realizada, objetivos, instrumentos e procedimentos.

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

As pesquisas selecionadas foram realizadas nas regiões Sul e Sudeste entre os anos de 2003 e 2022. A maioria das pesquisas adotou uma abordagem qualitativa, em que apontamos que isso se deve a temática sensível e requer a escuta dos participantes, pois envolve muitas questões. No entanto, se destaca a escassez de pesquisas qualitativas, o que aponta a hegemonia nacional das pesquisas qualitativas em psicologia.

As pesquisadoras e o pesquisador possuem diferentes formações que englobam as ciências da saúde, sociais e humanas, sendo a psicologia a que mais aparece. Assim, destacamos a importância de trabalhos interdisciplinares e multiprofissionais, bem como a contribuição de uma psicologia engajada com as políticas públicas de saúde e social.

Quanto aos resultados dos instrumentos e procedimentos das pesquisas, percebemos que predominou as abordagens que envolviam rodas, grupos, cursos de capacitação e oficinas, que permitem que o conhecimento seja compartilhado e sejam construídas reflexões pelos que participam, inclusive os pesquisadores. Destacamos a importância da realização de um levantamento das necessidades institucionais, dos profissionais e das crianças participantes das pesquisas, além da verificação de como os conhecimentos foram apreendidos. Assim, podemos dizer que tais processos estão articulados com a educação, pois se trata de uma troca entre pares (Freire, 2004).

As ações educativas possuem cunho preventivo à violência sexual infanto-juvenil, considerando as instituições escolares e as professoras como maiores participantes, ao evidenciar o que pode ser feito para evitar que a violência ocorra, além de identificar indicadores para que as medidas sejam devidamente tomadas. A psicologia tem um compromisso com esses processos educativos, tendo em vista sua amplitude de atuação na Rede de proteção e compromisso social e político para contribuir com iniciativas que possibilitem condições melhores de vida aos sujeitos envolvidos.

O estudo apresenta como principal limitação sua natureza exploratória da temática, por não se apresentar como uma revisão sistemática, porém, trouxe informações relevantes acerca de como as ações educativas são imprescindíveis para a prevenção da violência sexual infantil, pondo em relevo o papel fundamental da

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

psicologia. Por fim, apontamos a necessidade de novos estudos, principalmente para psicólogos/os que atuam no campo da educação.

Referências

BERTASSO, M.; ANJOS, R. A Psicologia nas Redes Públicas de Educação Básica: Uma análise da Lei No. 13935/2019 à luz da Teoria Histórico-Cultural. **Revista GESTO-Debate**, v. 22, n. 01-31, 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.935/2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm

BRASIL. **Lei Nº 8242**, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1991.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Brasília, 2013.

BRINO, R. de F; WILLIAMS, L. C. de A. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação em Psicologia**, Curitiba, dez. 2003. ISSN 1981-8076. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3218>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CIAFFONE, A. C. E R.; GESSER, M. Integração Saúde e Educação: Contribuições da Psicologia para a Formação de Educadores de uma Creche em Sexualidade Infantil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 3, p. 774–787, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/KVBC4qfNhsZyQcVc8w7T7qF/?lang=pt#>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CIUFFO, L. L; RODRIGUES, B. M; CUNHA, J. M. The nurse in sexual abuse child suspicion attention: a phenomenology approach. **Online Brazilian Journal Of Nursing**, v. 8, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/j.1676-4285.2009.2665>. Acesso em: 03 ago. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para a atuação de psicólogos(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. 2. ed. Brasília, DF: CFP, 2020.

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica Nº 1/2018/GTEC/CG**, de 24 de janeiro de 2018. Nota técnica sobre os impactos da Lei Nº 13.431/2017 na atuação das psicólogas e dos psicólogos. Brasília, DF: CFP, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha Psicologia e Serviço Social na Educação Básica**: Lei nº 13.935/2019. Brasília, CFP, 2022.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/crianca-e-adolescente/violencia-sexual/documentos_internacionais/declaracao_de_estocolmo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GONÇALVES, G.; JACINTO, P. Direitos humanos no contexto escolar e educacional. In: FONTES, A.; ANDRADE, D.; BONFIM, N.; JACINTO, P. **Psicologia e direitos humanos**: compromisso ético-político e transformações sociais. Conselho Regional de Psicologia da Bahia. Salvador: CRP, 2019.

HUÇALO, A. P.; GRISOSKI, D. C.; SUZUKI, C. S. Prevenção à violência sexual infantil: um relato sobre as ações desenvolvidas com trabalhadores da educação em um município de pequeno porte em alusão ao 18 de maio. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 20, p. 263-274, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/14806>. Acesso em: 03 ago. 2023.

PASSONE, E.; PEREZ, J. Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, n. 3, pp. 612-629, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TSnWPLHr5xkhkFyJrPZq4tm/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2023.

PIETRO, A. T; YUNES, M. A; MUNHOZ, D. P; FOES, V. F. Acesso a informação para construção da cidadania: o abuso sexual infantil em debate. **Biblos**, v. 23, p. 85-92, 2009. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/1/318>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, R. **Guia de referência**: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood-Instituto WCF-Brasil. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009. Disponível em:

Revista Culturas & Fronteiras – Volume 11 Nº 1- Dezembro/2024
Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia
Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/culturaefronteiras/index>

PROCESSOS EDUCATIVOS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia_de_referencia.pdf.
Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, A. C. S. da; ALENCAR, J. R. de; CHAMON, E. M. Q. de O.; SOUZA, M. T. S. de. Escola e Família: Contextos de Desenvolvimento Humano. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2012. Disponível em:
<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/4>. Acesso em: 18 set. 2023.

TOUSO, M. F. de S.; FREITAS, A. C. S.; PEREIRA, L. C.; FIGUEIREDO, G. L. A. Acadêmico de medicina em ação: promovendo fatores de proteção à violência sexual em crianças vulneráveis. **Medicina (Ribeirão Preto)**, [S. l.], v. 54, n. 2, p. e-172127, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/172127>. Acesso em: 03 ago. 2023.



O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

“What is a Father?: An Analysis of Narratives on the Construction of
Homoparenthood by Male Couples.”

Geovanna Rita Freire Matos ¹

Halanderson Raymisson da Silva Pereira²

Laísy de Lima Nunes³

Resumo

Os modelos familiares se transformam a partir das mudanças sociais, históricas e econômicas. Entre as múltiplas configurações possíveis, a concepção de família homoparental emerge como uma das possibilidades no contexto atual. Desse modo, ao considerar esse arranjo familiar contemporâneo, este trabalho teve como objetivo principal compreender os processos de construção da homoparentalidade por casais masculinos. Participaram da pesquisa dois casais. Por meio de entrevistas semiestruturadas, foi possível explorar as concepções sobre a adoção, além de analisar os sentidos atribuídos ao “O que é um pai” e identificar, a partir dos relatos, possíveis desafios relacionados à construção da homoparentalidade. A partir da análise dos dados, dois eixos temáticos foram identificados: 1) Motivações e Experiências no Caminho da Adoção; 2) Concepções de Gênero e Parentalidade. Os resultados da pesquisa revelaram complexidades e singularidades enfrentadas por casais homoafetivos

¹ Acadêmica do curso de Psicologia na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Membro do Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia (CEPSAM). E-mail: geovannarita@gmail.com.

² Doutorado em Psicologia. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. Vice-líder do Centro de Estudo e Pesquisa da Subjetividade na Amazônia (CEPSAM). E-mail: halandersonpereira@gmail.com.

³ Doutora em Psicologia Social. Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: laisynes@gmail.com.

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

masculinos enfrentam ao adotar, reconfigurando dinâmicas conjugais, familiares e sociais em uma sociedade heteronormativa. Além disso, destaca-se a necessidade de ampliar pesquisas voltadas para as diferentes vivências homoparentais.

Palavras-chave: Homoparentalidade; Adoção; Desafios.

Abstract

Family models are transformed by social, historical, and economic changes. Among the multiple possible configurations, the concept of homoparental families emerges as one of the possibilities in the current context. Thus, considering this contemporary family arrangement, this study aimed to understand the processes of constructing homoparenthood by male couples. Two couples participated in the research. Through semi-structured interviews, it was possible to explore their conceptions of adoption, analyze the meanings attributed to "What is a father," and identify, from their accounts, potential challenges related to the construction of homoparenthood. From the data analysis, two thematic axes were identified: 1) Motivations and Experiences on the Path to Adoption; 2) Conceptions of Gender and Parenthood. The research findings revealed complexities and singularities faced by male same-sex couples during adoption, as they reconfigure marital, familial, and social dynamics within a heteronormative society. Furthermore, the study highlights the need to expand research focused on the diverse experiences of homoparental families.

Keywords: Same-sex Parenthood; Adoption; Challenges.

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

Introdução

A família, historicamente, desempenha um papel central na vida dos indivíduos, sendo considerada uma ponte essencial entre o sujeito e o ambiente em que está inserido. O núcleo familiar define modos de interação e estabelece bases para a compreensão e adaptação ao meio social. No século IV d.C., com o imperador Constantino, surgiu a concepção cristã da família, que substituiu a grande família romana pela unidade nuclear. Entretanto, no século XIX, a introdução de uma concepção individualista na Europa também impactou a estrutura familiar, fomentando o surgimento de novas configurações, como a família monoparental, decorrentes do divórcio e da filiação extramatrimonial (Oliveira; Campos; Rabelo, 2020).

Diante do contexto histórico sobre as concepções de família, Oliveira, Campos e Rabelo (2020) afirmam que a família é uma instituição em constante transformação ao longo dos anos, influenciada por avanços econômicos e sociais. Essas mudanças afetam transformam seus valores e princípios, levando ao surgimento de novos conceitos de família. Neste sentido, a família homoparental emerge como um modelo alternativo dentro das configurações familiares contemporâneas, caracterizado por vínculos afetivos estabelecidos entre indivíduos do mesmo sexo, incluindo a parentalidade exercida por pessoas travestis e transexuais. Embora essas uniões não sigam o modelo tradicional de procriação biológica, os indivíduos envolvidos expressam essa capacidade de forma única e significativa. Esse modelo familiar reflete a diversidade e a complexidade das estruturas familiares modernas, destacando o cuidado e o afeto como pilares essenciais, independentemente da orientação sexual dos cuidadores (Zambrano, 2006).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 1948, estabelece direitos e liberdades universais aplicáveis a todas as pessoas, independentemente de raça, religião, gênero ou orientação sexual. Embora o documento não mencione explicitamente as famílias homoparentais, seus princípios fundamentais, como a igualdade, não discriminação e o direito à constituição de uma família, possuem caráter universal e abrangem todas as

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

formas de convivência familiar. O Artigo 16 da Declaração, por exemplo, assegura que todos têm o direito de constituir uma família, sem impor restrição relacionadas à orientação sexual ou à composição do núcleo familiar (ONU, 1948).

No Brasil, houve importantes avanços jurídicos nas últimas décadas. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Em 14 de maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 175, estabeleceu a possibilidade de celebração de casamento civil e de conversão da união estável entre pessoas do mesmo sexo. Essa resolução foi fundamental para assegurar igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, como separação com comunhão de bens, direito à pensão alimentícia e herança, entre outros direitos esses que antes eram possíveis apenas a casais heterossexuais (Rosa; Pessôa, 2019; Santos et al., 2018).

No contexto jurídico, o reconhecimento pela união homoafetiva está relacionado ao reconhecimento do esforço coletivo com interesse em unir patrimônios. Além disso, quando os casais homoafetivos passaram a ter oficialmente o direito à união civil, a adoção pelo casal passou a ser possível (Cerqueira-Santos; Santana, 2015). Ademais, no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a orientação sexual não é destacada como critério de exclusão ou hierarquização de candidatos à adoção.

Neste contexto, a adoção se destaca como um ponto central no debate sobre os direitos das famílias homoparentais. Após conquistarem o reconhecimento da conjugalidade, essas famílias continuam a lutar pelo direito à parentalidade plena. No Brasil, a validação da adoção é regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecido pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, e posteriormente alterado pela Nova Lei da Adoção, Lei nº 12.010, de 2009. Embora essa legislação não mencione explicitamente a adoção por casais homoparentais, a jurisprudência e as decisões judiciais têm, em muitos casos, reconhecido e efetivado esse direito, refletindo uma compreensão progressista por parte do poder judiciário (Brasil, 2009; Filho, 2017).

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

Apesar do foco na adoção, vale destacar que quando se trata de formas de parentalidade, Grossi (2003) identifica quatro modelos de filiação homoparental, sendo eles: 1) ter filhos de relações heterossexuais, geralmente anteriores à relação homossexual; 2) a adoção realizada por um dos parceiros, no qual este seria responsável legal pela criança; 3) procriação com uma pessoa fora da relação conjugal, por meio de tecnologias reprodutivas; e 4) a coparentalidade entre casais gays e lésbicos. Atualmente, a adoção realizada pelo casal já constitui um quinto modelo de filiação.

Sobre as diferentes possibilidades, Passos (2005) destaca as dificuldades de encontrar uma forma de ter filhos e como esse processo se torna angustiante, inclusive, acarretando implicações psíquicas diversas. Além disso, no campo social, ainda existem uma série de preconceitos originados dos discursos do senso comum, muitas vezes fundamentados em crenças religiosas, que resultam no não reconhecimento de dessas famílias. Diante disso, o presente estudo busca compreender os processos de construção da homoparentalidade por casais homoafetivos masculinos, a fim de ouvir aqueles que estão diretamente envolvidos no processo, sobre suas vivências. Os objetivos específicos são conhecer as concepções parentais sobre adoção homoparental, analisar as concepções sobre o “o que é um pai” em uma relação homoafetiva e identificar, a partir dos relatos parentais, os possíveis desafios enfrentados na construção da homoparentalidade.

Metodologia

Este projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética, conforme parecer número 6.700.575 (CAEE: 69609823.0.0000.5300). Foram respeitados os princípios éticos para pesquisa com seres humanos estabelecidos pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Para a realização das coletas de dados, foi construído um *banner* digital produzido pela primeira autora e divulgado nos aplicativos *Instagram* e *Whatsapp*, para alcançar os participantes, além disso, no último aplicativo a imagem foi encaminhada juntamente com um texto informativo sobre a pesquisa. Em ambas as formas de

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

divulgação da pesquisa estavam presentes os contatos dos pesquisadores. Os participantes entraram em contato, expondo interesse, e em seguida ocorreu a explicação dos objetivos do trabalho e, uma vez aceitando participar do estudo, acordaram uma data para realização da entrevista, na qual foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Duas entrevistas ocorreram online, via plataforma do *Google Meet*, e duas no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), clínica de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Todas as entrevistas foram gravadas.

Durante o momento das entrevistas, foi realizado o levantamento dos dados sociodemográficos dos participantes. Participaram da pesquisa dois casais homoafetivos masculinos, sendo eles: Casal 1: Alberto, 40 anos, cor/raça branca, ensino superior completo, psicólogo, se declara ateu. Carlos, 32 anos, também se autodeclara branco, ensino superior completo, fisioterapeuta, segue a religião espírita. Renda familiar de aproximadamente R\$ 15.000,00, residentes em São Paulo. Eles são pais de uma criança de cor/raça negra, com 5 anos de idade. Casal 2: Heitor, 35 anos, se autodeclara pardo, ensino superior completo, engenheiro, católico. Théo, também possui 35 anos, se autodeclara pardo, ensino superior completo, professor, católico. Renda familiar superior a R\$ 15.000,00, residentes em Porto Velho, Rondônia. Eles são pais de uma criança de cor/raça negra, com 1 ano de idade.

Para análise, as entrevistas foram transcritas na íntegra de forma literal e analisadas de acordo com a análise de conteúdo, que seguiu as diretrizes gerais de categorização propostas por Bardin (2016) e Franco (2008). Após a realização das transcrições, foi realizada a leitura flutuante, que consiste em estabelecer contato com os dados, conhecer o texto e apreender as impressões iniciais. Dessa maneira, foram identificados os temas relatados pelos participantes, desmembrando o texto em unidades, conforme prescrito pela técnica de análise categorial temática (Bardin, 2016). Na sequência, foi realizado o levantamento das frequências das respostas obtidas sobre cada tema. A partir da análise dos dados, considerando também as especificidades dos instrumentos utilizados, foram formulados os eixos temáticos, sendo eles

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

denominados: Motivações e Experiências no Caminho da Adoção; Concepções de Gênero e Parentalidade. Os dados obtidos dessa análise foram discutidos a partir da literatura na área. O nome atribuído a cada participante é fictício e no decorrer do texto serão destacados em *itálico* tanto os seus nomes quanto os trechos transcritos da entrevista.

Resultados e Discussão

Motivações e Experiências no Caminho da Adoção

Os motivadores para a adoção são diversos e envolvem cenários biológicos, sociais e econômicos. Além disso, muitos adotantes veem a adoção como uma forma de construir uma família, garantindo a transmissão de valores e preocupando-se com o bem-estar emocional dos filhos e com o legado familiar. A idealização da constituição da família está presente atualmente, mesmo diante de novas concepções, configurações e perspectivas sobre os laços familiares (Neuberger, 1999; Rosa, 2020).

Segundo Garrafa (2020), a adoção redefine os papéis parentais e filiais, superando a lacuna inicial entre pais e filhos que não possuem vínculos biológicos. Os papéis de "pai" e "filho" emergem da construção simbólica e emocional ao longo do tempo. A decisão de adotar é um marco significativo na trajetória dos futuros pais, exigindo uma preparação e reflexões profundas sobre a transição para a parentalidade. Dessa maneira, a análise da entrevista apresenta que, o desejo de casais homoafetivos de formar uma família desafia noções tradicionais e sugere um futuro mais inclusivo. Cada criança adota as expectativas do casal e do entorno social, refletindo tanto os desejos dos pais quanto as influências da comunidade (Dunker, 2020).

Os dados coletados nesta pesquisa demonstram que, a decisão de adotar surge durante o relacionamento, a partir de conversas e reflexões compartilhadas sobre formar uma família. O relato de *Alberto* exemplifica como o desejo de ser pai foi uma descoberta mútua que, ao ser reconhecido por ambos, resultou na decisão conjunta de adotar.

Depois que a gente estava junto percebemos que os dois sempre quiseram ser pai né. [...] Então, foi meio que uma decisão mútua, foi

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

acontecendo junto, assim...Não teve muito... percalço até a gente decidir de fato e entrar na fila de adoção (Alberto).

Théo destaca a influência de eventos pessoais e profissionais na decisão de adotar.

Eu conheci Heitor eu estava no meio do meu processo de doutoramento e a gente entrou nesse assunto [...] então, a gente começou a falar sobre isso aí veio a questão da adoção também como uma possibilidade (Théo).

Os relatos evidenciam a importância do diálogo e do planejamento conjunto na decisão de adotar. A constituição de uma família por meio da filiação adotiva é influenciada tanto pelos desejos compartilhados de paternidade quanto pelas circunstâncias específicas de cada casal. Nesse sentido, o processo de adoção representa não apenas um caminho para a paternidade, mas também uma manifestação da coesão e do compromisso dos parceiros em criar uma família inclusiva e solidária.

O processo de adoção no Brasil é complexo e tem como principal objetivo garantir o bem-estar das crianças. Os candidatos devem passar por habilitação na Vara da Infância e Juventude, que inclui a apresentação de documentos e avaliações psicossociais, sendo posteriormente inscritos no Cadastro Nacional de Adoção. Durante a fase de convivência, assistentes sociais e psicólogos supervisionam a adaptação e o desenvolvimento do vínculo afetivo. A adoção é oficializada judicialmente quando bem-sucedida. Assim, reformas no sistema são essenciais para agilizar o processo, como digitalização, aumento do número de profissionais e melhorias nas políticas públicas, de modo a facilitar os trâmites processuais sem comprometer o cuidado necessário nesse delicado trabalho de construção de vínculo e relações (Alves; Huerb, 2022).

Ambos os casais que concluíram o processo de adoção permaneceram, em média, quatro anos na fila e apresentavam perfis semelhantes, embora vivenciando experiências distintas. Durante o processo, enfrentaram desafios psicológicos e emocionais, como angústia, ansiedade, e sentimento de culpa, agravados pela longa espera, pela incerteza e pelas dificuldades jurídicas. Neste contexto, *Alberto*, *Carlos* e *Heitor* compartilham suas realidades vividas neste momento do processo:

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

[...] Ficamos muito tempo pensando se a gente... se ia dar conta, se esse tempo, de fato, não era melhor a gente parar e refletir... sei lá... desistir da ideia [...] é muito angustiante, são quatro anos esperando [...] uma gravidez simbólica aí por quatro anos, é muito tempo (Alberto).

[...] mas ao mesmo tempo eu trazia uma culpa. Será que sou bom o suficiente para merecer um filho? Será que somos bom o suficiente para ter um filho? [...](Carlos).

[...] eu tive um processo um pouco mais ansiogênico do que Théo, no início. E aí, o meu processo analítico, foi muito importante pra dar uma... centrada e controlar um pouco a ansiedade e poder seguir com tudo (Heitor).

Uma pesquisa realizada por Berres, Gomide e Azevêdo (2023) investigou as experiências de adoção vividas por casais heteroafetivos e homoafetivos, revelando diferenças importantes nos desafios enfrentados por ambos os grupos. Verificou que casais homoafetivos destacaram dificuldades específicas, como a comunicação com os profissionais do judiciário, além da lentidão e burocracia do processo de adoção. Por outro lado, desafios como angústia, ansiedade e sentimento de culpa mostraram-se comuns a casais de ambos os perfis, evidenciando pontos de convergência em suas vivências. Os relatos de *Alberto*, *Carlos* e *Heitor* ilustram essas dificuldades, contribuindo para a compreensão dos obstáculos emocionais e jurídicos enfrentados ao longo e incerto processo de adoção.

A atuação do psicólogo no contexto do Poder Judiciário desempenha um papel crucial para os adotantes e os adotados. Segundo Santos et al. (2022), a psicologia jurídica no processo de adoção é essencial para mediar vínculos familiares, fortalecer os laços afetivos e compreender os aspectos emocionais envolvidos. Por meio de entrevistas e cursos preparatórios, o psicólogo auxilia os futuros pais a desconstruírem preconceitos e a enfrentarem as complexidades emocionais e sociais que permeiam o processo de adaptação, oferecendo um suporte indispensável ao longo dessa jornada.

Diante desse foco, os casais relataram experiências variadas com profissionais jurídicos. Apesar do suporte emocional oferecidos por psicólogos e assistentes sociais, *Alberto* e *Carlos* destacaram o apoio positivo recebido, enquanto *Heitor* e *Théo* enfrentaram frustrações devido a morosidade do sistema e às inconsistências nas informações, o que gerou incerteza.

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

O Judiciário realmente sempre foi muito importante. A psicóloga, nas últimas vezes, eu mandava mensagem pra ela e ela me respondia “Calma, tá dando certo. O final da história é positivo” [...] Então, o judiciário, a gente não tem o que falar do judiciário do município, porque nós fomos muito bem servidos e acolhidos (Carlos).

Eu acho que o processo tem algumas falhas, algumas brechas e as coisas fogem pouco do controle, [...] porque existem também as normativas internas que a gente enquanto família não tem a mínima ideia do está acontecendo e talvez esteja inserido ali sem saber ou talvez ela seja mais transparente (Heitor).

Além disso, *Heitor* e *Théo*, ao exercerem o direito legal de alterar o nome do filho, enfrentaram vivenciaram comentários de uma assistente social que geraram inseguranças no processo.

A troca de nome é possível, então, sabe, permita, eu acho que elas têm que questionar menos, elas podem dar o posicionamento delas. [...] Porque a todo momento, a forma como fala, a gente se sente muito ameaçado de que se eu falar uma coisa errada, o processo é suspenso, né? Soa nesse sentido (Heitor).

A decisão dos pais, mesmo em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especificamente o parágrafo 5º do artigo 47, que permite à sentença de adoção pode conferir ao adotado o nome do adotante e, mediante pedido de qualquer uma das partes, é possível determinar a modificação do prenome da criança, dessa maneira, tornando legalmente válida a troca do nome do filho. Vale destacar, que os profissionais envolvidos têm um impacto significativo na vida dos casais e são fundamentais tanto para a construção da identidade da criança ou adolescente quanto para a competência dos órgãos responsáveis pelo processo de adoção.

Entre os desafios enfrentados pelo casal *Alberto* e *Carlos*, destacava-se a dificuldade do lar onde sua filha morava em lidar com dois pais homoafetivos.

Isso a gente via descaradamente nas coisas que ela [funcionária da instituição de acolhimento] falava, nas ações dela, mas nunca teve algo claro, ela nunca foi declaradamente homofóbica. Teve falas absurdas ali para outras vias ali que assim, denunciavam mesmo a forma de pensar dela retrógrada, sabe? [...] porque era umas falas né, umas formas de nos tratar que era bem velado, sabe? [...] E a gente foi percebendo, ao longo do tempo, que elas querem nos jogar assim, eu com uma figura de mãe e o Alberto com uma figura de pai.[...] É que as pessoas queriam nos colocar nesse lugar, sabe? e acho que vem dessa padrão heteronormativo, de tentar achar figura feminina e a figura masculina onde não tem (Carlos).

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

Ela [funcionária da instituição de acolhimento] demonstrava nas falas dela que a gente tinha uma total inabilidade com a nossa filha, dava uma sensação que estávamos em um local que não era para estar, então, “me dá pra fazer que eu fazer do jeito, do jeito certo para eles aprenderem” (Alberto).

As representações tradicionais de masculinidade e feminilidade dificultam a compreensão da homoparentalidade. As funções familiares modernas não se ajustam aos modelos clássicos, demandando uma reavaliação dos papéis de gênero para superar normas heteronormativas e criar novas possibilidades (Puget, 2015; Derrida; Roudinesco, 2003). Neste contexto, a pesquisa realizada por Ximenes e Scorsolini-Comin (2018) explorou as concepções de psicólogos que atuam diretamente com a adoção homoparental. Os resultados revelaram desafios na formação e na prática desses profissionais, destacando a persistência de preconceitos sutis e estereótipos, mesmo que não haja distinção explícita entre casais heterossexuais e homossexuais.

Concepção de Gênero e Constituição da Parentalidade

A pesquisa revela que a adoção provoca uma transformação profunda nos pais adotivos, tanto em nível individual quanto conjugal. Segundo Dunker (2020), a relação conjugal é composta por um conjunto de sentimentos de amor, desejo e gozo mútuo, compartilhado entre duas pessoas. Durante as entrevistas, os casais relataram que o processo de adoção foi como uma jornada de redescobrimto pessoal e conjugal.

Nos primeiros meses após a adoção, a transformação foi caracterizada por mudanças e adaptações constantes. Os resultados indicaram que os casais percebem um fortalecimento na união conjugal, com relatos de *Alberto* e *Théo* enfatizando uma maior proximidade e comunicação mais aberta e frequente no relacionamento.

Eu acho que, como casal, a gente ficou muito mais unido [...] A gente conversa demais, [...]. A gente não pode se perder para não deixar de dar atenção só para ela. Nós estamos aqui vivendo há algum tempo, então precisamos administrar o casal também, não só a filha (Alberto).

Eu acho que primeiro essa questão da rotina, né? [...] a gente tinha muitas, muitas coisinhas mesmo, muitos atritos que, olha, acabam

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

ficando em segundo plano, porque a prioridade é o Davi [nome fictício atribuído ao filho do casal] e não discutir na frente dele ou não trazer, sabe? Então, a gente acaba cedendo mais algumas coisas e conversando mais também sobre outras (Théo).

A vida conjugal promove a reinterpretação dos modelos familiares herdados e o desenvolvimento de novas estratégias relacionais no casamento. A conjugalidade possibilita reviver vivências infantis, conectando o passado e presente, e moldando o futuro do casal. Esse processo exige um investimento mútuo, adaptando a estrutura familiar e assegurando sua contínua evolução (Féres-Carneiro; Magalhães, 2005; Tombolato et al., 2018).

Os relatos das entrevistas revelam a influência das experiências infantis na parentalidade dos adotantes. *Carlos* busca evitar comportamentos negativos de seus cuidadores, enquanto *Alberto* tenta replicar os aspectos positivos de sua infância na criação de sua filha.

[...] em situações não muito agradáveis, vamos supor, uma fala mais alta, uma coisa mais agressiva, né, eu falava para mim “oh, respira”, põe para refletir. Para não chegar no mesmo lugar para reproduzir falas, comportamentos né, mas sim, sim, acho que é uma visita constante (Carlos).

O meu pai sempre foi muito presente em tudo [...] Então, tem um monte de coisa que eu faço com ela e fico na minha cabeça “meu pai provavelmente faria isso” [...] o que a gente acha que é bom, tentamos projetar, então a nossa infância fica gritando na nossa cabeça todo dia, qualquer coisa que vai acontecendo ali, você vai lá e pensa “eu faria a mesma coisa que ela, então o que meu pai, meu pai agiria?” Então a gente tenta fazer isso de algum jeito (Alberto).

Enquanto isso, *Heitor* também compartilhou suas vivências com seu pai, e *Théo* destacou a presença predominante de sua mãe reconhecendo que muitas de suas práticas parentais são reflexos diretos dos cuidados que recebeu dela.

[...] As vivências com meu pai, [...] Como foi a minha infância, como foi o meu processo com ele, como era a presença dele, como é a presença dele até hoje. Com minha mãe também, mas acho que por ser pai, acaba refletindo muito mais em mim. Para mim foi muito importante, é muito importante, né, me enxergar nisso (Heitor).

Eu sou filho de um pai ausente. [...] Então, no meu caso, é muito mais a minha mãe. Como eu cresci, basicamente, sendo cuidado por ela, então é um reflexo muito mais, assim, da minha mãe. Mas eu sinto, eu percebo algumas coisas que são reproduções, quase praticamente, da forma como ela cuidava (Théo).

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

A chegada dos filhos promoveu ajustes na rotina familiar, levando os casais a reorganizarem suas vidas para priorizar o bem-estar da família. A nova dinâmica exigiu uma divisão equilibrada de responsabilidades, assegurando atenção tanto ao cuidado com a criança quanto à relação conjugal, prevenindo conflitos e negligências. A parentalidade envolve interações que integram a criança à família, transmitindo heranças e valores. A chegada de um bebê ativa aspectos subjetivos dos pais, como ideais e memórias, exigindo a reorganização emocional e a transformação da dinâmica conjugal (Dunker, 2020; Santos et al., 2018).

Os casais ajustaram suas dinâmicas parentais conforme as necessidades das crianças e suas demandas pessoais. *Alberto* enfrentou desafios relacionados às expectativas e adotou uma postura rigorosa, enquanto *Carlos* manteve uma abordagem calma. A comunicação entre eles facilitou ajustes necessários e uma abordagem unificada, conforme relatado.

[...] eu achava que seria de um jeito, mas eu estou sendo de outro[...]. Eu sou um cara muito mais firme com ela nas regras com ela (Alberto).

Acabei assumindo uma capa assim de “calma filha, o papai tá aqui” e chega uma hora que eu não sou assim, eu sou como eu sou, né, Alberto? Acho que essa transformação... eu e o Alberto a gente se combina muito (Carlos).

Enquanto isso, *Theo* e *Heitor* demonstraram uma divisão natural e adaptativa das funções parentais, ajustando-se às necessidades e preferências do filho. Heitor destacou a flexibilidade necessária para se revezarem nas tarefas noturnas de alimentação e cuidados, refletindo uma abordagem colaborativa e sensível às necessidades da criança.

[...] Existe uma divisão, meio que involuntária, mas em função das demandas dele. Ele é o papai da brincadeira, então, toda vez o Davi acha que ele tá brincando. E comigo não, eu já sou o papai mais que controla as coisas, então, ele sabe comigo, ele tem que dormir, que eu não vou brincar naquele momento. Eu brinco também, mas eu tenho a hora certa de brincar com ele (Théo).

Ele dormia muito comigo e comia comigo tranquilamente. Algum momento teve uma virada [...] E a gente teve que rapidamente entender isso e falar, “não, vamos mudar a gente porque senão ele está enxergando o contrário” [...] A noite a gente também tem revezado, a gente troca quem fica com o primeiro turno, com o segundo turno, que ele ainda mama 3 a 4 vezes. Então às 7 da noite, 10, 2, 4 da manhã, em média, então assim, às vezes, Theo costuma dar a primeira para

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

ele dormir, aí eu dou a das 10, aí a das 2 a gente divide, hoje é eu, amanhã é ele. E aí quem deu às 2h, dorme mais [...]Vai mudando, assim (Heitor).

De acordo com Garrafa (2020), a parentalidade não decorre apenas da gestação ou parto, mas do ato de assumir o papel de mãe ou pai. Esses papéis, atribuídos a homens e mulheres, evoluíram ao longo do tempo, demonstrando que as tarefas parentais não são intrinsecamente ligadas ao gênero. Assim, casais heterossexuais e homossexuais podem desempenhar todas as funções necessárias para a criação de uma criança, evidenciando a flexibilidade dos papéis de gênero além da orientação sexual e do sexo dos indivíduos.

A construção do ser pai, especialmente no contexto da homoparentalidade masculina, envolve uma valorização de vínculos afetivos e práticas parentais que transcendem os cuidados tradicionais associados à infância. De acordo com Rosa e Pessoa (2019), a parentalidade não se limita ao parentesco biológico, mas é uma função moldada por aspectos sociais e culturais que influenciam os valores e são atribuídos a quem a exerce. Nesse contexto, pais homoafetivos destacam-se pela ênfase em sistemas de cuidado, como o contato corporal e o contato face a face, que simbolizam afeto e conexão emocional com os filhos. Esses vínculos são essenciais para a formação de laços familiares baseados no desejo e na reciprocidade, fortalecendo o senso de pertencimento e a construção subjetiva da criança.

Além disso, a homoparentalidade ressignifica os papéis tradicionais de maternidade e paternidade, integrando elementos de ambos em uma dinâmica única. Pais homoafetivos frequentemente enfrentam pressões sociais que os levam a adotar práticas parentais mais reflexivas e intencionais, buscando atender às necessidades emocionais e sociais de seus filhos de maneira competente e afetiva (Rosa; Pessoa, 2019). Assim, ser pai, nesse contexto, é um processo dinâmico de aprendizado e ressignificação, fundamentado no afeto, na intencionalidade e na criação de um ambiente acolhedor que respeita a singularidade da criança.

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

As entrevistas revelaram os desafios enfrentados por serem famílias homoparentais. Entre os relatos dos pais, destacam-se apontamentos sobre a escola.

[...] ela também se depara com essa situação dentro do convívio dela de que, vamos colocar em parênteses, que ela é “única”, “sozinha”, não tem outro modelo ali, uma criança igual a ela, então a gente trabalha com ela, os professores da escola, uma reunião são todos muito cientes sobre adoção, fui na escola conversar com a diretora sobre o dia das mães, como vai ser elaborado isso, que eu acho que é parceria mesmo a escola, a gente tentar mesmo entender tudo isso e ver como vai ser trabalhado com ela (Carlos).

Agora, nós estamos pesquisando a escola, creche, porque eu estou de licença [...]mas a minha licença acaba em agosto, então a gente vai precisar de uma creche para o segundo semestre. E aí, a gente já tem ficado um pouco mais atento nisso, sabe? Porque, a gente vislumbra que muito em breve isso será uma questão (Théo).

O Princípio 7º da Declaração dos Direitos da Criança (1959) reforça a importância da educação em promover um ambiente inclusivo e respeitoso para todos os alunos, incluindo aqueles oriundos de famílias homoparentais. Esse princípio defende que a educação deve apoiar o desenvolvimento cultural e social das crianças, protegendo seus interesses e reconhecendo o papel prioritário dos pais no processo educativo. No contexto das famílias homoparentais, as entrevistas evidenciaram os desafios de integração escolar dos filhos, que enfrentam dificuldades devido à falta de representatividade e à ausência de um ambiente inclusivo.

A relação entre escolas e pais homoafetivos é complexa, especialmente quando se trata da abordagem de gênero e a diversidade sexual como discussões nesse ambiente. Apesar das transformações sociais, as escolas ainda priorizam a família nuclear, desconsiderando configurações homoafetivas e limitando a aceitação da homoparentalidade (Quintela, 2023). A pesquisa de Lazzaretti e Gevehr (2022) aponta uma falha estrutural nas escolas que, ao não incluir questões específicas de gênero e diversidade sexual em seus currículos, acabam contribuindo para a perpetuação de um ambiente hostil e excludente. Essa omissão curricular, além de ignorar a realidade de muitas famílias e identidades, compromete a construção de um ambiente onde todas as crianças e adolescentes se sintam representados e seguros. Dessa forma, ao não abordar

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

a diversidade, a escola reforça estereótipos e normas heteronormativas, negligenciando o desenvolvimento da empatia e do respeito às diferenças entre os estudantes.

A falta de uma educação voltada à inclusão limita o espaço de diálogo e compreensão. Ademais, em uma sociedade que avança rumo à pluralidade e ao respeito aos direitos humanos, a escola, como instituição formadora, deve refletir essa evolução, promovendo um currículo que contemple a diversidade e prepare os alunos para a convivência em um mundo cada vez mais plural.

Outro apontamento de desafios que ambos os casais apresentaram situações vivenciadas quando saem com sua família em ambientes públicos.

[...] todo mundo sabe que é um casal. É olhares, não há nada que seja gritante ou que seja incômodo, mas a gente já está acostumado com olhares, desde sempre então [...] As pessoas não estão acostumadas, então, elas querem também entender [...] (Alberto).

[...]a gente vai ao shopping, existe mesmo, olhares. [...] Existem perguntas, "Como vocês pegaram ele?" "Por que vocês pegaram ele?", "ah, que bom que vocês adotaram ele. É muito bonito." Então é sempre nesse tom. Como se a gente tivesse fazendo uma ação. E volta muito à questão do fato da raça dele, então tem muitas palavras, muitas frases assim. E acho que a gente sabia lidar muito sobre quando era com a gente, mas agora que vai passar a ser com ele, mas tem coisas que a gente vai ter que aprender a lidar de novo (Heitor).

Famílias homoparentais adotivas enfrentam desafios e preconceitos, evidenciando a necessidade de maior inclusão social. Apesar do reconhecimento crescente, a parentalidade homoafetiva ainda encontra barreiras de acessibilidade, o que pode resultar em desconforto e atitudes de exclusão. Essas experiências destacam a urgência de promover a aceitação das diversidades familiares e criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso (Uziel et al., 2007).

Considerações Finais

Os resultados da pesquisa indicam as complexidades e singularidades vivenciadas pelos casais ao constituírem uma família, especialmente no processo de adoção, no tempo de espera e na construção da parentalidade em uma sociedade onde a heteronormatividade prevalece como padrão familiar. As análises realizadas a partir dos eixos propostos mostram que, para os casais

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

homoafetivos masculinos, a adoção vai além de uma decisão legal, se configurando como um processo que reconfigura as dinâmicas conjugais, familiares e sociais.

A leitura de artigos e livros relacionados à pesquisa e aos eixos temáticos revelou resultados semelhantes entre a teoria e as vivências relatadas. Alguns textos estavam coesos com os dados coletados, abordando o desejo de construir uma família, a constituição da parentalidade pelos casais homoafetivos e o processo de adoção. Entretanto, os desafios enfrentados pelos casais entrevistados mostraram similaridades, e a leitura de artigos permitiu observar outros desafios vivenciados por famílias homoparentais. Dessa forma, é necessário entender que o processo de construção familiar é singular, e cada pesquisa pode apontar vivências diferentes.

Com essas considerações, evidenciam-se caminhos para futuras pesquisas que possam expandir esse conhecimento, incluindo com amostras maiores e mais diversas, e continuar a fortalecer os direitos e a visibilidade das famílias homoafetivas.

Referências

ALVES, J. R.; HUEB, M. F. D. Um estudo de caso sobre adoção de uma criança mais velha. **Revista da SPAGESP**, v. 23, n. 1, p. 71-86, 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2016.

BERRES, A. N. A; GOMIDE, P. I. C; AZEVÊDO, A. V. S. A experiência de adoção entre casais homoafetivos e heteroafetivos: aproximações e distanciamentos. **Revista Internacional Consinter de Direito**, v. 17, 2023. Disponível em: <https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/1734>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** [ECA], Lei nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei nº 12.010 de 2009**. Dispõe sobre o aperfeiçoamento da sistemática de garantia do direito à convivência familiar a crianças e adolescentes. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.509 de 2017**. Altera a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, para dispor sobre o cadastro de adoção, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 nov. 2017.

CERQUEIRA-SANTOS, E.; SANTANA, G. Adoção homoparental e preconceito: Crenças de estudantes de direito e serviço social. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 4, p. 873-885, 2015.

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 175**, de 14 de maio de 2013. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em 30 jul 2024.

DUNKER, C. I. L. Economia libidinal da parentalidade. In: Teperman, D.; Garrafa, T.; Iaconelli, V. **Parentalidade- coleção parentalidade e psicanálise**. São Paulo: Autêntica Editora, 2020.

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. **De que amanhã: diálogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES. As Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005. p. 111-121.

FILHO, R. A. C. Sob o “melhor interesse”! O ‘homosafetivo’ e a criança nos processos de adoção. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 495-518, 2017.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008

GARRAFA, T. Primeiros tempos da parentalidade. In: Teperman, D.; Garrafa, T.; Iaconelli, V. **Parentalidade- coleção parentalidade e psicanálise**. São Paulo: Autêntica Editora, 2020.

GROSSI, M. P. Gênero e parentesco: famílias gays e lésbicas no Brasil. **Cadernos Pagu**, p. 261-280, 2003.

LAZZARETTI, A.; GEVEHR, D. L. Os desafios e as tensões nas relações das famílias homosafetivas e as escolas da região do Vale do Paranhana. In: MÜLLER, L. F.; RAUPP, L. M. W. (Coord.). **Universo acadêmico: destaques 2021**. Taquara, RS: FACCAT, 2022. p. 175- 190.

NEUBERGER, R. **O mito familiar**. Tradução de S. Rangel. São Paulo, SP: Summus, 1999.

OLIVEIRA, A. A; CAMPOS, D. M. S.; RABELO, R. S. Adoção Homosafetiva e os Desafios da Nova Concepção Familiar. **Revista da EMERJ**, v. 22, n. 2, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22026/file/declaracao-dos-direitos-da-crianca-1959.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

PASSOS, M. C. Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família. **Psicologia Clínica**, v. 17, p. 31-40, 2005.

PUGET, J. Subjetivación discontinua y psicoanálisis. **Incertidumbres y certezas**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2015.

QUINTELA, A.; FRÓES, M. M.; MARTINHON, P. T. Famílias LGBTI+ na escola: da invisibilidade a negligência. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. e366-e366, 2023.

ROSA, J. M.; PESSÔA, L. F. Homoparentalidade masculina e os sistemas de cuidados parentais. **Interação em Psicologia**, v. 23, n. 2, 2019.

ROUDINESCO, E. **A Família em Desordem**. Zahar, 2003.

SANTOS, J. V. O. et al. Adoção de crianças por casais homossexuais: As representações sociais. **Trends in Psychology**, v. 26, p. 139-152, 2018.

O QUE É UM PAI?: ANÁLISE DE NARRATIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA HOMOPARENTALIDADE POR CASAIS MASCULINOS.

SANTOS, S. S. et al. A construção da paternidade ao nascimento do filho a termo e saudável. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 2, p. 767-778, 2021.

SANTOS, R. G. et al. Psicologia jurídica no contexto da adoção no Brasil: construindo laços, fortalecendo afetos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 9, p. 64948-64968, set., 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/52635/39275>. Acesso em: 15 nov. 2024

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Decisão que autoriza a união estável entre pessoas do mesmo sexo.** Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856> HYPERLINK "https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1"& HYPERLINK "https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=504856&ori=1"ori=1. Acesso em 30 jul 2024.

TOMBOLATO, M. A; MAIA, A. C. B.; SANTOS, M. A. A trajetória de adoção de uma criança por um casal de lésbicas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 35, 2019.

UZIEL, A. P. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

XIMENES, F.; SCORSOLINI-COMIN, F. Adoção por casais do mesmo sexo: relatos de psicólogos do Judiciário. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 65-85, 2018.

ZAMBRANO, E. Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Horizonte Antropológico**, v. 12, n. 26, p. 123-147, 2006.



A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

PSYCHOLOGY IN HIGHER EDUCATION: AN INTERNSHIP EXPERIENCE
REPORT AT A UNIVERSITY IN THE NORTHERN REGION

Ana Letícia Prestes Souza¹

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma experiência de estágio básico do curso de Psicologia, realizada na Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis de uma instituição federal de Ensino Superior no norte do Brasil. O foco da observação-participante foi a atuação do psicólogo no contexto da Assistência Estudantil, com o objetivo de compreender o papel do psicólogo nesse espaço diante das demandas do Ensino Superior e a importância da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Para o levantamento de informações foi utilizada uma pesquisa bibliográfica sobre a Assistência Estudantil no Ensino Superior e a inserção da Psicologia nesse campo, bem como a observação-participante e entrevista com a psicóloga da universidade. O relato destaca o acolhimento psicológico à comunidade acadêmica, principais demandas da universidade, limitações e contribuições da atuação do psicólogo nesses espaços e as possibilidades de atuação da psicologia nesse campo. Além disso, discute os desafios da psicologia na universidade, destacando o risco de ter uma abordagem excessivamente clínica e individualizante, caso o papel do psicólogo não seja claramente definido. Observou-se que as estratégias de intervenção possíveis dentro da Assistência Estudantil, devem contribuir para o fortalecimento da atuação dos psicólogos no Ensino Superior, um campo ainda em desenvolvimento, mas, com a perspectiva de abrir novos caminhos para futuros estagiários, como a proposta de oferta de estágio supervisionado.

Palavras-chave: Estágio em Psicologia; Assistência Estudantil; Ensino Superior; Psicologia Escolar Crítica; Política Nacional de Assistência Estudantil.

ABSTRACT

This work is the result of a basic internship experience in the Psychology course, carried out at the Pro-Rectorate of Culture, Extension, and Student Affairs of a federal higher education institution in northern Brazil. The focus of the participant-observation was the role of the psychologist within the context of Student Assistance, with the aim

¹ Graduanda em Psicologia (bacharelado) pela Universidade Federal de Rondônia.

Revista Culturas & Fronteiras – Volume 11 Nº 1- Dezembro/2024

Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia

Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/culturaefronteiras/index>

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

of understanding the psychologist's role in this space in relation to the demands of higher education and the importance of the National Student Assistance Policy (PNAES). A bibliographic research on Student Assistance in Higher Education and the insertion of Psychology in this field was used to gather information, as well as participant observation and an interview with the university's psychologist. The report highlights the psychological support provided to the academic community, the main demands of the university, the limitations and contributions of the psychologist's role in these spaces, and the possibilities for psychological practice in this area. Additionally, it discusses the challenges of psychology in the university, emphasizing the risk of an excessively clinical and individualizing approach if the psychologist's role is not clearly defined. It was observed that intervention strategies within Student Assistance should contribute to strengthening the role of psychologists in higher education, a field still under development, but with the potential to open new paths for future interns, such as the proposal to offer supervised internships.

Keywords: Psychology Internship; Student Assistance; Higher Education; Critical School Psychology; National Student Assistance Policy.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de uma observação-participante na Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), tal órgão é responsável por propor, promover e desenvolver ações, políticas, normas e programas de cultura, extensão e assuntos estudantis, visando de forma geral a assistência estudantil. A UNIR engloba 8 *campis*: o da capital Porto Velho e dos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena, sendo este trabalho resultante do campo de estágio no campus Porto Velho. A partir dessa experiência, buscou-se compreender e conhecer a atuação do psicólogo no contexto da Assistência Estudantil de uma instituição de Ensino Superior, enfatizando-se a importância da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Para tanto, evidenciou-se os serviços ofertados aos acadêmicos, destacando-se aqui o Serviço de Apoio Psicossocial (SAP) presente na universidade que foi realizado o estágio básico curricular e que possibilitou a elaboração deste presente trabalho. Buscou-se entender a importância do acolhimento psicológico dentro do espaço acadêmico, as principais demandas recebidas na PROCEA, bem como o

Revista Culturas & Fronteiras – Volume 11 Nº 1- Dezembro/2024

Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas - GEIFA /UNIR
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia

Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/culturaefronteiras/index>

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

papel do psicólogo dentro de suas limitações nesses espaços e as dificuldades da atuação da psicologia nesse espaço. Através dessa experiência, objetivou-se elaborar estratégias de possibilidades de intervenção nesse contexto.

Diante disso, a partir da compreensão do papel do psicólogo nesses espaços, bem como sua importância e suas limitações, este trabalho visa problematizar o caráter clínico e individualizante que a psicologia pode assumir nesse espaço, se a delimitação de seu papel não for bem definida, e pensar a partir das necessidades levantadas, estratégias possíveis de intervenção que possam ser realizadas dentro da assistência estudantil, tendo em vista a importância que a Psicologia tem no espaço do Ensino Superior. Devido ser uma inserção recente no campo, ainda existem muitas pesquisas a serem realizadas, sendo que este relato pode abrir caminhos possíveis para pensar na atuação de estagiários de psicologia e psicólogos dentro do ambiente acadêmico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil possibilitou uma descentralização do ensino por todos os estados brasileiros, contando com instituições federais de ensino não somente nos centros urbanos, como também nos interiores (Viegas, 2018 *apud* Silva, 2020). Segundo Bisinoto, Marinho e Almeida (2011) o papel social do Ensino Superior tem se dividido em duas perspectivas: uma com enfoque na formação humana, crítica e de emancipação dos sujeitos em seu pleno desenvolvimento; a outra com um papel mais utilitarista e funcional para desenvolver competências para o mercado de trabalho. Partindo disso, deve-se pensar o Ensino Superior com um papel bem mais complexo e amplo de

[...] promover o fortalecimento da autonomia do sujeito e sua emancipação a partir do exercício crítico e político da participação na vida em sociedade; formar sujeitos participantes do processo coletivo de construção contínua da sociedade; contribuir para o desenvolvimento de sujeitos conscientes da possibilidade de transformação da realidade; investir na promoção da solidariedade, liberdade, justiça, respeito e igualdade de direitos e de condições, valores norteadores da vida coletiva. (Bisinoto; Marinho; Almeida, 2011, p. 42)

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

Esse cenário configura um novo espaço de atuação da Psicologia, para lidar com demandas de sofrimento psicológico dos acadêmicos, bem como dos processos de ensino-aprendizagem e de relações institucionais do ambiente educacional. Nesse contexto, é importante ressaltar que o desenvolvimento da psicologia historicamente no Brasil, veio se construindo concomitantemente à educação brasileira, em particular, na educação básica utilizando seus conhecimentos psicológicos nos espaços escolares, a fim de avaliar, mensurar desempenhos e aptidões dos estudantes, classificando-os e rotulando-os, para justificar o fracasso escolar (Patto, 2022). Já em relação à inserção da psicologia no Ensino Superior, é algo mais recente, mesmo que em um espaço também de produção de conhecimentos sistematizados, torna-se um campo mais amplo e com complexidades e demandas diferentes do campo da Educação Básica, seja em termos da diferenciação de faixa etárias e fases do desenvolvimento dos estudantes que são distintas, como em relação a questões de aprendizagem e demandas diferentes, configurando um contexto completamente novo para a Psicologia.

A assistência estudantil no Ensino Superior, como um campo de atuação da Psicologia é recente, principalmente levando em consideração o pouco tempo que a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi implementada e a ausência de uma cartilha do Conselho Federal de Psicologia (CFP) de referências técnicas para psicólogos dentro desse contexto específico. Em relação a isso, Soares (2023, p. 38) destaca que

Embora o PNAES tenha contribuído para a inclusão de psicólogos em equipes multidisciplinares, visando aprimorar a qualidade educacional e promover ambientes universitários mais humanizados, a escassez de informações destaca a necessidade de os profissionais compreenderem melhor sobre políticas públicas.[...]

A PNAES é uma política que visa garantir condições de permanência dos estudantes na educação superior, profissional, científica e tecnológica de cada curso e que abriu caminhos para atuação de profissionais na assistência estudantil, visando o bem-estar psicológico e físico dos acadêmicos, principalmente para aqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de “ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior” (Brasil, 2024).

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

Enfatiza-se aqui, dentre os profissionais que podem atuar dentro dessa política, o papel e a relevância do psicólogo nesse espaço, ao compreender de que maneira a Psicologia pode estar contribuindo para a promoção de espaços de permanência, assistência psicológica aos acadêmicos do Ensino Superior no Brasil.

Dentre os objetivos da PNAES há a democratização de acesso à educação superior, para diminuir as desigualdades sociais, além de elaborar ações que visem a diminuição da evasão no espaço acadêmico (Brasil, 2024). Essa política traz em seu corpo o Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS) que busca promover a cultura do cuidado no ambiente acadêmico, à melhoria das relações interpessoais presentes no espaço acadêmico entre estudantes, técnicos-administrativos, buscando um pertencimento institucional (Brasil, 2024). Dentro os objetivos do PAS, encontra-se o acolhimento e o acompanhamento dos acadêmicos que se encontram em sofrimento psíquico ou que apresentam transtornos mentais, por meio de estratégias de modelo de atenção à saúde mental de caráter aberto e comunitário, valorizando o convívio do acadêmico em comunidade. Isso rompe com uma perspectiva clínica e individualizante, além de promover informações sobre o saúde mental e sofrimentos psíquicos vivenciados no contexto acadêmico (Brasil, 2024).

A Psicologia enquanto ciência e profissão, é uma área que se constituiu concomitantemente com a educação no Brasil, na medida em que seu conhecimento foi sendo utilizado no ambiente escolar por meio da Psicometria, com a aplicação de instrumentos e testes psicológicos para verificar a aptidão escolar individual de cada um, classificando e justificando os processos de aprendizagem, sem considerar o contexto histórico, socioeconômico e político da sociedade em que esses grupos estão inseridos (Patto, 2022). Aponta-se a partir disso que historicamente, a Psicologia se tornou uma ciência que “[...] escondeu as desigualdades sociais, historicamente determinadas, sob o véu de supostas desigualdades pessoais, biologicamente determinadas.” (Patto, 2022, p. 83).

A formação teórica-metodológica da Psicologia é permeada por um viés clínico que se perduram para as práticas dos psicólogos formados, que diante de demandas diferentes como a de assistência estudantil em uma universidade, não estão

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

preparados para lidar com questões do cotidiano acadêmico que possam vir a surgir, acarretando em práticas que venham a reduzir os sofrimentos psíquicos ao âmbito individual, sem considerar o contexto do universitário (Santos *et al*, 2015). Dentro desse contexto, Soares (2023) destaca que as práticas tradicionais da psicologia apresentam um modelo clínico e individualizante que foi sendo implementado nas instituições escolares, por meio da Psicologia Escolar, práticas essas que buscam delimitar as capacidades individuais dos estudantes, culpabilizando-os pela dificuldade de aprendizagem e desempenhos negativos no espaço acadêmico, sem levar em consideração outros fatores que atravessam esse processo.

Além disso, a atuação da Psicologia no campo acadêmico envolve a compreensão do papel do psicólogo em tal espaço, entendendo o seu fazer e de como suas práticas podem ser utilizadas para contribuir para o alcance do objetivo de uma instituição educacional que é a formação e produção de conhecimento. Sobre isso, Santos *et al* (2015) destacam que o psicólogo no ambiente educacional, referido como psicólogo escolar e educacional, é frequentemente requisitado para atuar com demandas já instaladas, ao invés de atuar para evitar que ocorram os problemas no espaço acadêmico, fazendo-se necessário, a partir disso, que o psicólogo auxilie a instituição de ensino com ações que diminuam os obstáculos entre acadêmico e o acesso ao conhecimento. Mas não somente trazer uma ação pontual do psicólogo, sobrecarregando-o, mas em atuação interdisciplinar com outros profissionais dentro da Assistência Estudantil, pois “a permanência do estudante envolve todos os atores educacionais e diversos fatores, é imprescindível que as equipes atuem conjuntamente com esses atores e com outros setores da instituição, de forma a atender o estudante de forma integral [...]” (Soares, 2023, p. 67).

Entende-se que o ambiente acadêmico é atravessado por demandas complexas que refletem aspectos ideológicos, sociais, econômicos e políticos da sociedade, bem como destaca Soares (2023, p. 61)

as universidades não estão desatreladas dos aspectos históricos, sociais e políticos, pois as problemáticas existentes em uma sociedade neoliberal marcada pela desigualdade e com reflexos da colonização estão presentes dentro da instituição educacional[...] os preconceitos e discriminações de raça, gênero e etnias;

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

desigualdades; meritocracia; formas de assédio; relações de poder; entre outros, fazem parte do cotidiano universitário e precisam ser combatidos[...]

Assim, intervir no espaço do Ensino Superior é compreender todas essas dimensões que estruturam a sociedade e se refletem no cotidiano acadêmico, e para tanto, a Psicologia precisa romper com a lógica clínica e individualizante, a partir de suas práticas no contexto universitário, podendo-se utilizar de recursos que promovam um espaço de acolhimento e compartilhamento de experiências entre os acadêmicos, ampliando ainda mais a rede de apoio em contexto universitário. O acolhimento psicológico configura como um momento importante, pois a partir de uma escuta qualificada sobre a demanda do estudante pode ser um caminho para entender o que está acontecendo com o estudante em contexto universitário, entendendo de forma integral o contexto acadêmico (Soares, 2023). Como destaca Oliveira (2016 *apud* Soares, 2023), é um campo de escuta, acolhimento, observação e estudo que possibilita intervenções, a partir das características e do perfil socioeconômico dos acadêmicos para subsidiar ações de assistência estudantil, a partir da compreensão de suas especificidades e necessidades.

Dentro desse contexto, destaca-se que a Psicologia pode utilizar além do acolhimento psicológico que é mais individualizado, práticas grupais como oficinas e rodas de conversa, que proporcionem um espaço de acolhimento em grupo, através do compartilhamento de vivências que muitas vezes se entrecruzam e se complementam através das percepções dos participantes. A respeito disso, Zonta e Zanella (2021) discutem sobre a experiência de oficinas de leitura e escrita que foram realizadas em 2 universidades públicas, nas quais eram selecionados textos com temáticas específicas para cada encontro, para a partir deles compartilharem em rodas de conversas, “[...] possibilitaram promover o circular das vozes, dos discursos compreendidos como socialmente e singularmente constituídos, expondo-os às (re)leituras possíveis e à construção de novos sentidos sobre as experiências universitárias.” (Zonta; Zanella, 2021, p. 3).

Sendo assim, a presença da psicologia na assistência estudantil tem um papel central de trabalhar com os acadêmicos da universidade, compreendendo a complexidade das demandas que chegam para o serviço de assistência estudantil.

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

Dessa forma, entende-se que por ser um campo recente e ainda em desenvolvimento, não existem ainda Referências Técnicas do CFP para psicólogos na atuação em ensino superior, nem em específico da assistência estudantil, visto que a política foi implementada recentemente e estudos teóricos-metodológicos têm sido feitos ainda sobre caminhos possíveis. Ademais, o enfoque do acolhimento psicológico é para os estudantes da universidade, a fim de realizar um atendimento psicossocial em relação às demandas que o contexto acadêmico pode produzir, principalmente em acadêmicos que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, precisando ser assistidos de forma integral e psicossocial.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estágio básico foi realizado na Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), localizado no campus de Porto Velho, que atende demandas de todos os 8 *campis* da UNIR. O período do campo de estágio foi de 07 de Outubro de 2024 a 25 de Outubro de 2024, uma vez por semana. A psicóloga preceptora atua na PROCEA há 5 anos, no Serviço de Acolhimento Psicossocial (SAP), oferecido na Assistência Estudantil da UNIR.

Para o levantamento de informações foi utilizada a pesquisa bibliográfica sobre a Assistência Estudantil no Ensino Superior e a inserção da Psicologia nesse campo de atuação, utilizando os descritores: “psicologia”, “assistência estudantil” e “ensino superior”. Além disso, foi utilizada a observação-participante, que segundo Prodanov e Freitas (2013), envolve a participação em comunidade, compreendendo os modos de organização de determinado grupo em dada localidade, sofrendo influências do grupo observado e vice-versa, envolvendo em uma troca de saberes. Como instrumento de coleta de dados, recorreremos à entrevista semi-estruturada com perguntas prévias que foram se abrindo para novos questionamentos, conforme as respostas da psicóloga. Segundo Neto (2001), a entrevista é um procedimento que permite buscar informações tanto subjetivas, quanto objetivas através de uma conversa que explora as experiências vivenciadas pelo entrevistado, nesse caso as vivências da psicóloga na Assistência Estudantil.

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

O roteiro de entrevista elaborado continha questionamentos sobre o papel e atuação do psicólogo na assistência estudantil dentro da universidade, atividades realizadas por ele; as principais demandas recebidas e casos mais graves; o funcionamento do acolhimento psicológico e as formas de acesso; a relação entre saúde mental e desempenho acadêmico para pontuar a relevância da psicologia dentro do Ensino Superior; as principais dificuldades observadas durante os cinco anos de atuação da psicóloga na PROCEA, para visualizar as possibilidades de intervenções da psicologia dentro desse espaço.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA) é um órgão responsável por propor, promover e desenvolver ações, políticas, normas e programas de cultura, extensão e assuntos estudantis, visando de forma geral a assistência estudantil. Esse órgão é dividido em Diretoria de Extensão e Cultura e Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE), sendo este o local no qual a psicóloga entrevistada atua. A DAE é responsável por “fomentar, promover, acompanhar e avaliar ações e políticas afirmativas referentes aos assuntos estudantis” (CONSAD, 2016). Além disso, um dos serviços ofertados pela PROCEA é o Serviço de Apoio Psicossocial (SAP), serviço composto atualmente por psicólogos e assistentes sociais, o qual cria um espaço de acolhimento e atendimento psicossocial de caráter breve aos acadêmicos, com objetivos de prevenção, informação, orientação e possíveis encaminhamentos em relação ao contexto universitário e a integração acadêmica e profissional dos estudantes.

Através da prática de estágio observatório na PROCEA, pôde-se observar alguns aspectos referentes à atuação do psicólogo e suas limitações, o trabalho interdisciplinar com outros profissionais na Assistência Estudantil, a importância do acolhimento psicológico para os acadêmicos, as dificuldades na atuação e as estratégias de intervenção que podem ser realizadas com os estudantes da Universidade Federal de Rondônia, por meio de ações da PROCEA. Além da observação, foi realizada uma entrevista com a psicóloga, na qual foram realizadas

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

perguntas sobre o papel do psicólogo, as principais demandas recebidas, o funcionamento do acolhimento, as dificuldades na atuação, as contribuições da Psicologia na Assistência Estudantil e as possibilidades futuras de atuação da psicologia nesse campo. Finalizada a entrevista, a psicóloga me conduziu pelo espaço da PROCEA, apresentando outras salas utilizadas por outros funcionários da equipe de assistência estudantil. Nessa seção, discute-se os resultados da entrevista e da observação-participante em 3 seções: Papel do psicólogo na Assistência Estudantil: Possibilidades e Limitações, Equipe Interdisciplinar na Assistência Estudantil, Demandas no contexto acadêmico e Dificuldades e Limitações da atuação do psicólogo no Ensino Superior.

4. 1 PAPEL DO PSICÓLOGO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES

Destaca-se, inicialmente, que o papel do psicólogo, como pontuado pela psicóloga da PROCEA, deve estar alinhado ao da instituição na qual atua, no caso, no Ensino Superior o objetivo é a oferta do conhecimento sistematizado, acadêmico para uma formação. A psicóloga destaca que ainda há uma dificuldade em delimitar o papel do psicólogo no âmbito da educação, especificamente na Assistência Estudantil de uma instituição de Ensino Superior, pois muitas demandas administrativas atravessam as práticas que são da psicologia estritamente, acarretando por vezes em sobrecargas ao profissional.

Dentre os serviços ofertados destacados pela psicóloga, encontra-se o acolhimento psicossocial que é individualizado aos alunos, encaminhamentos, visitas domiciliares, rodas de conversa, palestras, a semana de acolhimento no ambiente acadêmico para a comunidade externa, entre outras ações que promovam a permanência dos acadêmicos. A partir desses acolhimentos, quando há a necessidade, são realizados encaminhamentos para outros serviços da rede de Assistência Social e são dadas orientações sobre assistência estudantil.

Em relação aos serviços ofertados na PROCEA, são focados nos acadêmicos, nas demandas que eles apresentam, para os professores, o atendimento é feito pela

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

Diretoria de gestão de pessoas (DGP), onde cuida mais da parte das queixas dos servidores, dos professores. Em casos de acolhimento envolvendo conflitos entre professor-aluno, foca-se no aluno, como em casos de aprendizagem, em que o que pode ser feito é uma sensibilização em relação à postura do professor que pode estar afetando a trajetória do acadêmico.

Além disso, há o acolhimento psicológico realizado no Serviço de Acolhimento Psicossocial da PROCEA, o qual apresenta caráter breve e não psicoterápico, pois há o risco de individualizar um problema do aluno, descontextualizando do espaço acadêmico da universidade e criando o risco de culpabilizá-lo por suas dificuldades vivenciadas no espaço estudantil. Conforme destacado por Soares (2023), é importante compreender a complexidade do contexto acadêmico que envolve várias questões políticas, sociais, econômicas, culturais que atravessam a trajetória dos acadêmicos, especialmente os que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, assim, o acolhimento é individualizado, porém tendo um enfoque psicossocial de compreender a demanda do acadêmico de forma contextualizada.

4.2 EQUIPE INTERDISCIPLINAR NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Sobre a equipe que compõe a Assistência Estudantil, atualmente é composta por 2 psicólogas no campus Porto Velho e mais 2 (uma em Ji-Paraná, outra em Guajará- Mirim) para atender demandas de todos os 8 *campis* e a presença também de assistentes sociais. O trabalho desenvolvido na PROCEA ocorre de maneira interdisciplinar, havendo discussão de caso e acompanhamento de casos com psicólogos e assistentes sociais, para então direcionar ações de assistência estudantil conforme as demandas e o perfil do acadêmico, como o recebimento de auxílios acadêmicos, a necessidade de visitas domiciliares, as quais a psicóloga destaca que depende da avaliação das demandas recebidas e que ocorrem em casos mais graves, mais delicados, além de haver também viagens para ações que precisam ser realizadas em outros *campis*.

Enfatiza-se que diante das demandas que chegam na PROCEA, é importante que as ações dos profissionais sejam orientadas em conjunto para assistir à

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

necessidade específica de cada acadêmico em situação de vulnerabilidade socioeconômica, pois conforme Soares (2023) destaca, a permanência estudantil envolve todo o corpo educacional e gestor de um instituição educacional, havendo a necessidade de ações que sejam articuladas entre si de forma interdisciplinar. Diante disso, o psicólogo precisa atuar conjuntamente a uma equipe para proporcionar uma qualidade no processo de ensino-aprendizagem e na permanência dos acadêmicos, seguindo os objetivos principais da PNAES (BRASIL, 2024) que é a de criar condições para permanência e saída dos acadêmicos.

4.3 DEMANDAS NO CONTEXTO ACADÊMICO

Em relação às demandas recebidas, a psicóloga demonstra de que forma as demandas chegam, via sistema e formulário *online*, e de que maneira organiza as atividades a serem desenvolvidas, as demandas de atendimentos, as motivações de busca de atendimento, encaminhamentos e trabalhos grupais, bem como a elaboração de documentos psicológicos, exceto laudo psicológico por ser um documento que é feito através de avaliação psicológica, não cabendo ao serviço de apoio psicossocial oferecido pela PROCEA, por não ser de caráter psicoterápico.

Sobre as demandas que mais se evidenciam, ela destaca casos de estresse, ansiedade, problemas de aprendizagem (principalmente depois da pandemia), problemas de relacionamentos amorosos, amizade, relacionamentos entre professor e aluno, assédio moral e sexual. Em relação aos casos de assédio, a demanda é encaminhada pela corregedoria, responsável por realizar investigação, estudo, parecer e encaminhamento de ação disciplinar, sendo o papel do psicólogo nessas situações o de acompanhar os estudantes envolvidos na denúncia, dependendo dessa interligação com outros setores da universidade, para correção de comportamentos errantes.

Questionada sobre qual foi a demanda mais evidente nesse ano de 2024, a psicóloga relata que foi muito evidente o Setembro Amarelo, que houve aumento na busca pelo serviço e trouxe a questão de como nos últimos anos tem-se notado a problemática de como as campanhas têm sido feita pontualmente, apenas em

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

setembro, sem haver um trabalho interventivo mais contínuo, havendo a necessidade de ser um trabalho que deve ser feito ao longo do ano e não somente no mês alusivo ao tema. Lôbo (2024 *et al.*) destacam que há uma banalização do Setembro Amarelo por ser campanhas que se desviam do foco principal de conscientização da prevenção ao suicídio, com abordagens mais superficiais e de forma comercial, sem se aprofundar na temática sobre a saúde mental, podendo acarretar em impactos psicológicos e sociais. Esses processos enfraquecem a importância de se discutir esse tema, principalmente no espaço acadêmico. Troiani *et al.* (2019, p. 5 *apud* Lôbo, 2024, p. 8), “instituições educacionais, quando integradas à campanha, podem oferecer espaços de diálogo e apoio que vão além da simples adesão estética, proporcionando um ambiente seguro para que estudantes discutam questões relacionadas à saúde mental [...]”.

Outra demanda que tem se evidenciado bastante no último ano, foi a questão de aprendizagem e do aumento de laudos de autismo e Transtornos de Déficit de Atenção/ Hiperatividade (TDAH), tanto de diagnósticos tardios, quanto de encaminhamentos de professores que, angustiados com o não-prender do acadêmico, encaminham ao setor, em busca de orientação, para saber o que fazer. Ela traz em relação a isso a dificuldade de como lidar com essas novas demandas, que envolve toda questão de casos de preconceitos, dificuldades de aprendizagem, os ganhos secundários com o diagnóstico entre outros, sem haver um preparo da equipe e a consequente necessidade de ter uma equipe responsável apenas para a parte da inclusão, pois são muitas demandas que emergem no meio acadêmico, com suas especificidades.

4.3 DIFICULDADES E LIMITAÇÕES DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ENSINO SUPERIOR

Destaca-se além disso, as dificuldades na delimitação do papel do psicólogo no espaço da Assistência Estudantil, do que é e do que não é função do psicólogo, o que envolve muitas vezes demandas administrativas, sobrecarregando ainda mais o psicólogo. Por haver uma carência durante a graduação sobre esse contexto de

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

atuação, a inserção do psicólogo nas universidades dá-se em situações em que os problemas já estão instalados, ao invés de atuar na prevenção destes (Santos *et al.*, 2015). Somado a isso, a psicóloga destaca a insuficiente quantidade de psicólogos para atender demandas dos oito *campis* existentes da UNIR, havendo a necessidade de realizar atendimentos *online* e deslocamentos para os *campis* do interior para realizar intervenções que requerem urgência.

Outro desafio que ela destaca é o fato de visualizar o serviço de acolhimento psicológico como um serviço de emergência psicológica, situação na qual acabam solicitando auxílio do psicólogo em casos de crises psíquicas - ela destaca que diante disso, falta uma capacitação dos professores para lidar com crises de acadêmicos, de saberem lidar com esses eventos, principalmente quando está relacionado a fatores acadêmicos, como receber uma nota de trabalho, apresentar um seminário, para que não sobrecarregue e confunda o papel do psicólogo no acolhimento. Santos *et al* (2015) destacam que não necessariamente os serviços da psicologia nesse contexto, devem ter caráter de atendimentos numa perspectiva clínica e individual, mas de forma a desenvolver ações voltadas para a situação de cada acadêmico. Em relação a isso, é importante salientar que o atendimento de caráter psicoterápico e clínico nesses contextos, torna-se menos eficaz, pois tais demandas extrapolam o campo do individual, sendo atravessadas por outros fatores que devem ser considerados (Soares, 2023).

Outra questão destacada na entrevista, trata-se da participação dos acadêmicos nas atividades propostas e em relação a própria necessidade de oficinas, palestras e rodas de conversa, trabalhos mais grupais, para sair do âmbito individualizado. Ela relata dificuldades em relação à importância e à falta dessa rede de apoio entre os próprios acadêmicos, que poderia ser construída e fortalecida a partir de trabalhos em grupo, onde um possa ajudar o outro através do compartilhamento e trocas de experiências, ou sofrimentos em comum de uma temática específica. Além disso, ela aponta a dificuldade sobre como atrair, chamar os estudantes para grupos, por ter uma falta de oficinas mais lúdicas para compartilhamento de vivências entre os acadêmicos. Sobre isso, Zonta e Zanella (2021, p. 4) compartilham a experiência de oficinas de escrita e leitura com

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

acadêmicos, que oportunizou aproximações entre os participantes: “as oficinas favoreceram, de acordo com suas falas, a identificação coletiva de sentimentos/pensamentos que anteriormente eram significados como exclusivos pelos participantes[...]”.

Pode-se analisar a partir desse cenário, os principais pontos levantados na entrevista com a psicóloga, em relação ao papel do psicólogo, os serviços ofertados na Assistência Estudantil, na importância do acolhimento psicológico, as principais demandas recebidas pela psicóloga, em relação ao trabalho multiprofissional e em equipe, bem como entender as principais dificuldades destacadas. A partir disso, pensar na possibilidade de realização de oficinas estéticas, de leitura, de escrita como recursos disparadores para trabalhar questões específicas que os estudantes demandam, atuando na prevenção e na possibilidade de atenuar possíveis sofrimentos psíquicos. Propor ações que articulem o curso de Psicologia da UNIR com a própria comunidade acadêmica, de nesse espaço estagiários de psicologia poderem atuar na prevenção e mitigação de possíveis sofrimentos psíquicos decorrentes do contexto acadêmico, contribuindo com a equipe da Assistência Estudantil, através de rodas de conversas, oficinas e dinâmicas de grupo com os estudantes da universidade como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da experiência de estágio, percebe-se como a atuação do psicólogo no Ensino Superior, especificamente no campo da Assistência Estudantil, vem ainda se consolidando como uma área de possibilidades e contribuições que a Psicologia pode oferecer, respaldada por uma perspectiva da Psicologia Escolar Crítica, para atuar de maneira menos individualizante no campo da educação e mais inclusiva e integralizante, compreendendo os acadêmicos de forma contextualizada.

A partir da observação e dos pontos destacados na entrevista com a psicóloga, aponta-se a necessidade do curso de Psicologia da UNIR se aproximar desse setor a partir das atividades de estágio básico e supervisionado nos projetos de extensão, que possam ser alinhados às ações da PROCEA, destacando-se a importância de ter

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

essa ponte do curso da psicologia com o setor de assistência estudantil na UNIR, com o objetivo de promover espaços que se discutam aspectos da saúde mental dos acadêmicos da UNIR, em especial aos que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica e que são assistidos pela PROCEA. Destaca-se que por ter sido um curto período de tempo de estágio, e sem poder ser realizada uma intervenção, conforme o objetivo do Estágio Básico III, o presente trabalho serve como um início para se discutir possibilidades de atuação de acadêmicos do curso de Psicologia na UNIR.

REFERÊNCIAS

- BISINOTO, C.; MARINHO, C.; ALMEIDA, L. A atuação da Psicologia escolar na educação superior: algumas reflexões. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, Coimbra/Portugal, ano 45-1, p. 39-55, 2011. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1647-8614_45-1_3/741. Acesso em: 29 de out. de 2024.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). **Ministério da Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/pnaes>. Acesso em: 30 de out. de 2024.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Brasília: Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm#:~:text=O%20Programa%20de%20Aten%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0,da%20rede%20federal%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 30 de out. de 2024.
- LÔBO, Í. M. *et al.* Setembro amarelo: banalização, impactos e desafios. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 10, p. e9498, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n10-244. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/9498>. Acesso em: 4 nov. 2024.
- NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. *In*: MINAYO, M. C. de S.(org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PATTO, M. H. S. (Org.). **A produção do Fracasso Escolar**: Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

A PSICOLOGIA NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO NORTE

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ªed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, A. S. dos *et al.* Atuação do Psicólogo Escolar e Educacional no ensino superior: reflexões sobre práticas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 19, p. 515-524, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/93ZSDqyVrzZyqP5GSPSbTJf/abstract/?lang=pt>

SILVA, T. F. da C. e. Desafios da atuação do psicólogo na Assistência Estudantil em uma Universidade Federal. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 1–17, 2020. Disponível em:

https://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3270 . Acesso em: 29 out. 2024.

SOARES, Y. N. Atuação do psicólogo escolar na assistência estudantil em uma universidade na região norte brasileira. Tese (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Rondônia, 2023. Disponível:

<https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/5073?mode=full>.

UNIR. Universidade Federal de Rondônia. **Resolução nº 145/CONSAD**, de 29 de fevereiro de 2016. Regimento Interno da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis da Fundação Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <https://procea.unir.br/uploads/03957531/Resolucao%20145.2016%20-%20regimento%20interno%20da%20PROCEA.pdf>. Acesso em: 21 de out. de 2024.

ZONTA, G. A.; ZANELLA, A. V. Oficinas de leitura e escrita: Prática psicológica de assistência estudantil na universidade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 37, p. e372119, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/ztK8hZJVjryGsN43wH7kSnH/?lang=pt>.